



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Direitos Humanos

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo CONATRAE

Brasília (DF), 17 de abril de 2008.

(Transcrição Ipsis Verbis)

1 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

2 Boa tarde. Muito obrigado pela presença de todas e de todos. Rápido boletim médico. É
3 uma hérnia de disco, a recomendação médica era cama, um mês, como não dá pra fazer
4 isso, eu fico alternando um pouco de cama um pouco de agenda. E essa agenda é muito
5 importante, nós combinamos que eu ficaria mais ou menos uma hora na reunião, e tenho
6 de ir para uma fisioterapia e a Dra. Ruth preside até o final da reunião. Como o tema vai
7 ser fundamentalmente completar o processo de aprovação do texto, ela é mais
8 autoridade competente do que eu no tema, e eu queria nessa minha saudação inicial, no
9 que está como informes do Presidente, ressaltar basicamente aquele compromisso nosso
10 da reunião anterior frente à proposta da SINAIT de fazer por escrito um pronunciamento
11 solicitando a substituição, a demissão, o que seja do Superintendente regional do Pará,
12 nova designação do antigo Delegado. E eu pedi então, prazo até agora para ter uma
13 conversa com o Ministro Lupi, porque não era bom no ambiente de cooperação
14 interministerial, sobretudo nesse caso em que a CONATRAE é sediada na Secretaria
15 Especial de Direitos Humanos, mas o braço prático, Executivo de fato, é o grupo especial
16 de fiscalização móvel do Ministério do Trabalho, não era prudente sem aviso prévio já sair
17 uma nota que de alguma maneira intervém sobre a esfera de competência do Ministério
18 do Trabalho. A conversa com o Ministro Lupi foi uma conversa muito boa, muito aberta,
19 mas ele já ponderou que existia uma solução natural em encaminhamento que era a
20 candidatura da referida pessoa que envolveria o seu afastamento do cargo em abril.
21 Depois, houve aí uma interpretação judicial, pelo menos uma dúvida judicial que está
22 sendo resolvida aí por consultas e recursos, mas tem prevalecido até o momento que o
23 prazo não é abril, é junho. Então eu queria como matéria preliminar que nós
24 resolvêssemos juntos o que fazer, seja no sentido de considerar então que a solução
25 natural deve ser aguardada, aí a Dra. Ruth tem mais informações atualizadas do que eu,
26 e em seguida acrescenta, ou se considerarmos que é importante fazer a nota assim
27 mesmo, discutir os termos dela que evidentemente não podem ser notas... Uma nota de
28 um texto que tenha carga excessiva, que tenha alguma linguagem que possa ser
29 interpretada como ataque que suscita sempre uma idéia: de bom há aí uma pendência.
30 Então, gostaria que nós discutíssemos previamente o tema. A Presidente do SINAIT não
31 está aí não né? Taí, né. Bom um pouco... Decidir isso junto. Quer dizer, se a decisão for

32 de considerar que a solução natural está aguardando essa definição, ficamos assim, se
33 CONATRAE preferir fazer sua manifestação, fazemos, aprovando uma redação que seja
34 cautelosa. Eu ouviria a Dra. Ruth sobre isso.

35

36 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

37 Bom, eu confesso que não tenho nenhuma informação diferente da sua, Ministro. E em
38 relação ao tema, não me sinto nem um pouco a vontade pra me manifestar, eu ocupo um
39 cargo de confiança do Ministro Lupi, portanto não me sentiria a vontade pra opinar em
40 relação a isso. Mesmo porque a minha área, a secretaria de suspeição, vem mantendo
41 alguns embates com o Superintendente. Então, eu me absteria de opinar sobre o
42 encaminhamento e confirmando que as informações existentes são basicamente essas.

43

44 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

45 Obrigado, Dra. Ruth. Quem sabe já na elaboração fica já uma primeira proposta, a
46 elaboração do nosso Regimento Interno, ela já assumir formalmente essa posição de
47 Vice-Presidente, Presidente em exercício. Então, vamos ouvir o SINAIT sobre isso e as
48 outras opiniões pra gente decidir isso com certa rapidez.

49

50 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
51 **do Trabalho / SINAIT**

52 Certo, Ministro. Boa tarde a todos e a todas. Primeiro dizer que o SINAIT se encarrega
53 de levar a CONATRAE não só ratificação do pedido, que já foi tirada em Plenário
54 Nacional nossa, no Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, que foi
55 realizado no ano passado, que é o pedido pela exoneração do cargo dele. Essa
56 solicitação se mantém aqui na Mesa, mantém os presentes, por vários motivos. Inclusive
57 na pasta, Ministro, nós colocamos uma outra proposta de repúdio que diz respeito
58 justamente ao problema da declaração do então Superintendente na operação, acho que
59 é Roda de Fogo. Como é que é? Arco de fogo realizado pelo IBAMA e por várias
60 instituições junto ao Pará e que causou muito constrangimento não só para nós auditores

61 das representações regionais, mas um mal-estar muito grande dentro também daquilo
62 que ele carregou em suas palavras.

63
64 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

65 Eu lhe peço um resumo. Porque eu estou impossibilitado realmente de ler. Então só pra
66 entender melhor qual é essa manifestação do repúdio?

67
68 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
69 **do Trabalho / SINAIT**

70 Nós estamos com outra proposta de manifestação do repúdio pela declaração do então
71 Superintendente diante das ações do IBAMA.

72
73 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

74 Então da mesma pessoa?

75
76 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
77 **do Trabalho / SINAIT**

78 Da mesma pessoa. Até então. Porque havia...

79
80 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

81 É uma reincidência específica genérica então?

82
83 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
84 **do Trabalho / SINAIT**

85 É uma reincidência.

86

87 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

88 Tá bom.

89

90 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
91 **do Trabalho / SINAIT**

92 Exatamente. E nós já apresentamos este pedido a CONATRAE já nas reuniões
93 passadas, que era o pedido de exoneração do cargo, a gente mantém esse pedido, e
94 mais ainda nós apresentamos essa moção de repúdio que está na pasta, Ministro.

95

96 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

97 Ok. Alguma outra manifestação? Primeiro, de integrantes da Comissão e em seguida de
98 convidados. Frei Xavier.

99

100 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

101 Na verdade, e ligado ao tema, eu pedi para inserir na pasta também uma moção
102 aprovada pelo fórum de erradicação portal da Amazônia, que é em extremo norte do
103 Mato Grosso, um pedido, uma moção, uma nota pública que foi protocolada no gabinete
104 do Ministro Lupi, e que trata um assunto quase equivalente. Está rolando lá a indicação
105 de um novo Superintendente, que seria o assessor parlamentar, profissionalmente um
106 piloto comercial, assessor parlamentar do Deputado Otaviano Pivetta, ex-Prefeito de Rio
107 Verde, e um dos grandes produtores de soja do Estado de Mato Grosso. O que
108 naturalmente gera certa discussão nos meios interessados na continuação e no... Da
109 fiscalização... Essas coisas.

110

111 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

112 Frei Xavier, por favor, o que é "está rolando lá"?

113

114 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

115 Bom, eu teria que ler a nota. Ela é um pouco longa...

116

117 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

118 O senhor falou está rolando lá. Foi feita, a rumores de quê?

119

120 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

121 Conforme divulgado pelos meios de comunicação, entre os quais o site da repórter
122 Brasil, o assessor parlamentar do Deputado Estadual Otaviano Pivetta, deve ser indicado
123 pelo Ministro do Trabalho para o cargo de Superintendente. Não sei se tem por parte de
124 mato-grossenses advertidos, mais informação?

125

126 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais
127 do Trabalho / SINAIT**

128 Sim, realmente é assessor do grande produtor rural, é indicação que partiu lá do perito
129 regional e me parece que já foi encaminhado ao Ministro e isso já está andando dentro da
130 Casa Civil. Essa é a informação que nos consta.

131

132 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

133 A sugestão do Frei Xavier é de que fazer uma abordagem única dos temas?

134

135 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

136 Pelo menos principalmente em relação à coisa certa do Pará, e é alusiva a essa
137 possibilidade em relação ao Mato Grosso. Eu acho que...

138

139

140 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

141 Então. Isso. Porque de fato a minha preocupação é toda a seguinte. A intervenção da
142 CONATRAE, ela ser resguardada, por todas as cautelas do modelo legal e republicano.
143 Então assim, eu vou até indagar. Bom, é uma nota que tem que ter os fundamentos. Nós
144 estamos solicitando o afastamento imediato por causa disso, disso e disso. Não pode ter:
145 rumores, informações. Teria que... Nós estamos lá agora. Vamos comparar com uma
146 situação que tenha a sua analogia com meia dúzia de processos, processo contra o
147 Nelmar Miranda, contra Maria do Amparo. No tema: morte dos desaparecidos. O
148 torturador, ela vai à justiça e abre processo, porque viu o seu nome apontado como
149 torturador. E aí, a tendência nossa muitas vezes e na sociedade civil com mais facilidade,
150 porque ela não está presa ao gesso do aparelho de Estado como quem é do Governo. A
151 idéia é de que: não, o cara é torturador, e pronto. O judiciário, em algum momento, ele vai
152 examinar isso com provas concretas, objetivas, e o judiciário toma sim decisões como
153 essas da suspensão de julgamento de célula tronco, toma decisões como suspensão da
154 operação Raposa Serra do Sol e outras. Então, a nossa nota se for aprovada, ela tem
155 que ser uma nota muito prudente, firme, em cima de coisas concretas. Sem disse...
156 Recomendamos por que... E aí: um, dois, três, coisa muito curta, muito grossa, sem
157 adjetivos. Então, se houver aprovação disso nós faremos à nota e eu antes de retirar
158 gostaria de combinar um pouco o conteúdo geral da nota, o conteúdo, pois aqui
159 evidentemente confio na... Nessa cautela da Comissão para aprovar, não preciso de ser
160 convocado de novo, mas a gente combina. Nós vamos usar o pedido de afastamento dos
161 termos A, B e C. A Comissão Nacional reunida no dia tal de tal, vem respeitosamente
162 apresentar ao Ministro do Trabalho, o pedido ou a exigência ou... Isso que nós
163 precisamos combinar. De que seja efetuada a imediata substituição do Superintendente
164 regional, dada à constatação de se tratar de uma pessoa que no episódio tal fez isso, o
165 episódio tal, tal. O que revela a sua inadequação ao cargo. Sem adjetivos. De acordo, é
166 um trabalho só redacional. E aí a questão, se deixamos o tema do Frei Xavier para a
167 reunião do mês que vem, porque aí há aquele risco de que a gente ainda não existe bem
168 a caracterização, a gente já sai e a minha preocupação de que uma coisa possa até
169 enfraquecer a outra. Quero ouvir opiniões sobre isso. Pois não.

170

171 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
172 **do Trabalho / SINAIT**

173 Ministro, como sugestão pela aprovação, já entrando no tema do Frei, se é possível ser
174 aprovado pela Comissão uma recomendação, como recomendação de que esses cargos
175 tivessem alguns critérios a serem seguidos. Se for... Um dos critérios, por exemplo, se
176 respeitasse ouvir a classe da Auditoria Fiscal, ou... Que se procurasse manter essa
177 recomendação como um tema importante. Para nós é muito importante ter.
178 Principalmente nos Estados em que o trabalho escravo é muito latente.

179

180 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

181 As recomendações que o senhor sugere, é na linha de ouvir entidades? E não de...

182

183 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
184 **do Trabalho / SINAIT**

185 Preferencialmente que seja... A minha sugestão é que seja preferencialmente de carreira.
186 Essas nomeações como recomendação da CONATRAE. Como sugestão, se assim
187 quiser. Se isso não há problema de haver uma interferência na nomeação nos outros
188 poderes. Mas no caso de Mato Grosso...

189

190 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

191 De carreira do Ministério do Trabalho?

192

193 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
194 **do Trabalho / SINAIT**

195 Exatamente.

196

197

198 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

199 Do Ministério do Trabalho?

200

201 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
202 **do Trabalho / SINAIT**

203 Da auditoria fiscal do trabalho. Da auditoria.

204

205 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

206 Aí o temor é de que pareça uma demanda da corporação. Né? Quer dizer. Porque às
207 vezes a pessoa dos juizes do trabalho, do Ministério Público do Trabalho, quer dizer, aí
208 vai embora... Quer dizer, aí há problemas. Vamos ver. Patrícia. Pois não?

209

210 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
211 **do Trabalho / SINAIT**

212 Recomendação, sim. Mas pelo menos que se respeite ouvir como recomendação os
213 critérios.

214

215 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

216 Os critérios, pessoas que não tenham vínculo, pessoas que não tenham... Patrícia.

217

218 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
219 **Gestão**

220 Boa tarde a todos. É um prazer está aqui de novo, agora representando o Ministério...

221

222 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

223 Seja muito bem-vinda.

224 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
225 **Gestão**

226 Muito obrigada.

227

228 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

229 A boa filha a casa volta.

230

231 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
232 **Gestão**

233 Gostaria de expressar em nome do Ministro Paulo Bernardo, a sua total concordância
234 com o tema e a sua total aprovação à questão da PEC 438, esse foi o recado que ele nos
235 encaminhou, e gostaria de sugerir em termos de nomeação de carreira, que talvez o
236 Ministério do Trabalho pudesse seguir os mesmos moldes aplicados ao Ministério da
237 Previdência, na nomeação dos delegados. E que existe uma lista tríplice de funcionários
238 do Ministério que concorrem por requisitos meritórios e essa lista tríplice, sim é submetida
239 ao Ministro para uma escolha. Isso hoje funciona... Aliás, funciona há dez anos
240 praticamente no Ministério da Previdência. Para as 100 gerências regionais. Também
241 poderia ser um critério adotado e o Ministério do Planejamento se colocaria à inteira
242 disposição para regulamentar isso.

243

244 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

245 Eu queria ponderar no sentido de que o pedido de substituição da pessoa, pode ter mais
246 força se feito sozinho, do que ser acoplado a uma sugestão de critérios a serem
247 seguidos. Seja com a lista tríplice, seja na primeira proposta, que poderá ser interpretado
248 pelo destinatário, como: bom, uma demanda então de defesa dos interesses dos
249 segmentos ali legitimamente representados. Que sempre estreita à liberdade de decisão
250 do gestor, no caso é o Ministro, num contexto em que a indicação dele do cargo, como
251 em vários outros Ministérios, resulta das injunções concretas de um presidencialismo de

252 coalizão, vários partidos e como que se organiza. E muitas vezes, longo do desejável,
253 mas sendo o exercício real da política como ela se dá nos termos concretos no país que
254 herda. O que foi feito no país ao longo de cinco séculos. Então, eu pondero, pergunto se
255 não seria preferível fazer agora uma intervenção, só direcionado a sua substituição, com
256 objetividade, e reservando para uma próxima reunião ou hoje mesmo, mas separando as
257 duas coisas. A produção de uma carta ao Ministro, que começasse a construir critérios
258 como esse. Eu acho que juntar as duas coisas... Eu tenho um caso aqui de Direitos
259 Humanos. De uma pessoa, de determinado Estado, que está nomeada para um cargo
260 importante que duas vezes que eu fui ao Estado veio o pessoal e me entregou o pedido
261 para trocar o cara. Preciso trocar esse cara. Por quê? Porque esse cara serviu ao
262 Governo tal daquele Estado. Não é suficiente. Ou você me diz como dissemos aí, da
263 pessoa em discussão agora, que essa pessoa, ela praticou tais gestos e atitudes que são
264 choque com o objetivo geral, aqui do combate ao trabalho escravo, me apresente isso. E
265 nas duas vezes que esse Estado não apresentou isso, vinha com o nome do substituto.
266 Eu falei ham-ham. Você apresente o pedido, porque não querem ele. A substituição dele
267 é outra discussão. Porque senão você está forçando a barra. Até hoje não veio desse
268 Estado, nas duas vezes veio uma Comissão me entregar. Mas ele serviu ao Governo tal.
269 Eu falei: Olha, muitos de nós, servimos a governos com os quais discordávamos. Pelas
270 nossas finalidades profissionais, técnicas, especializações, etc. Então, nesse sentido eu
271 pergunto isso se vocês preferirem vamos fazer uma manifestação só juntando as coisas.
272 Mas a ponderação é se não é melhor fazer um enfoque só e aí a cada reunião a gente
273 avança mais passos pra construir um projeto novo. Antes do Xavier, você. Representante
274 do Ministério do Meio Ambiente.

275

276 **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO - Representante do Ministério do Meio**
277 **Ambiente**

278 Boa tarde Ministro, boa tarde a todos. Me parece que está perfeita essa colocação. Se
279 qualquer atitude nossa que soe como ingerência ao gestor, vai ter um efeito contrário ao
280 que é que se quer. E está extrapolando um pouco, na minha opinião, a competência

281 nossa de Comissão de CONATRAE. Então fazer uma manifestação contrária a essa
282 pessoa, especificamente pelas razões apontadas, estaria dentro do nosso limite.

283

284 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

285 Obrigada, Adriana. Frei Xavier.

286

287 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

288 Eu achei também, procurando a eficácia, lendo o texto da moção de repúdio que foi
289 inserido pelo SINAIT, imagino. Não? Não é. Ela Foi redigido pela CONATRAE. Ela tem
290 essas características de objetividade, que o senhor está procurando ter, ela se refere a
291 fatos, e fatos recentes, e de fatos inadmissíveis. Eu acho que a gente poderia proceder a
292 sua aprovação, e de forma separada, concordar talvez, em simplesmente encaminhar ao
293 Ministro para conhecimento essa nota que vem do fórum da Amazônia. Sem outra.

294

295 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

296 Frei, eu não sei qual é essa forma de redação que eu não consegui localizar?

297

298 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

299 Moção de repúdio. Que eu posso ler rapidamente?

300

301 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

302 Mas, não foi aprovada aqui não?

303

304 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

305 É o SINAIT que está propondo.

306

307 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

308 Está propondo. Mas não é do CONATRAE. É a proposta do SINAIT. Ok. O senhor pode
309 ler então?

310

311 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

312 Ok. A Comissão de Erradicação – CONATRAE, composta pelas entidades abaixo
313 assinada, apresenta essa moção de repúdio, em relação à declaração do Sr. Fernando
314 Coimbra, que ocupa o cargo de Superintendente Regional do Trabalho e Emprego na
315 superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Pará. Suas declarações
316 condenam as ações de fiscalização do IBAMA, na cidade de Tailândia, onde foi detectado
317 forte atividade de desmatamento na Floresta Amazônica, para extração ilegal de madeira
318 de lei. Sob a alegação de defender os empregos dos trabalhadores da região. Essa
319 Comissão testemunha que o Pará é o Estado em que mais se consta à presença de
320 trabalho escravo, muitas vezes relacionado com desmatamento de áreas para formação
321 de pasto e plantações de grãos, sem autorização do Estado, em terras griladas, (?)
322 exploração de trabalhadores em condição de escravidão moderna. Tais atividades ilegais
323 produzem empregos de péssima qualidade, além de causar danos irreparáveis ao meio
324 ambiente. Exaurindo a terra depois de um tempo abandonada. Com tendência em se
325 transformar em deserto. A CONATRAE não pode, de forma alguma, concordar com as
326 declarações do Sr. Fernando Coimbra, pois as atividades de desmatamento devem ser
327 contidas e reprimidas com todo o rigor da lei. Com o apoio de todos os entes
328 governamentais e não-governamentais que trabalham em defesa da preservação da vida.
329 Formas de manejo sustentável, reflorestamento e outras atividades econômicas, devem
330 ser criados para garantir emprego e sobrevivência às famílias que vivem na região. Essa
331 é uma tarefa que o Estado Brasileiro deve assumir com urgência em paralelo à
332 fiscalização e repressão dos infratores e destruidores da floresta. Não é a primeira vez
333 que o Sr. Fernando Coimbra tem tido ações contrárias às ações governamentais, em
334 junho de 2007, indevidamente tentou interferir nas ações de fiscalizações do Grupo móvel
335 de Combate ao Trabalho Escravo, durante fiscalização realizada na fazenda Pagrisa, no
336 Estado do Pará. Por esta razão, a CONATRAE aprovou encaminhamento de documento

337 ao excelentíssimo Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, solicitando sua exoneração do
338 cargo de Delegado Regional do Trabalho, no Estado do Pará, hoje denominado
339 superintendente Regional do Trabalho e Emprego.

340

341 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

342 Pois não, Adriana.

343

344 **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO - Representante do Ministério do Meio**
345 **Ambiente**

346 Ministro, uma observação. Eu acompanhei, confesso que só pela mídia, isso aqui. Talvez
347 se a gente tivesse como colocar alguma coisa a mais nessa declaração. Está muito vago.
348 Me parece o primeiro parágrafo, em que se fala que foi uma declaração contrária à ação
349 de combate ao desmatamento. Mas conteúdo, não? Até entre aspas. Se tiver como
350 colocar entre aspas seria melhor ainda. Porque me lembro que foi muito forte realmente.
351 Foi crise institucional gerada por isso.

352

353 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

354 Isso por um lado, assim, porque declaração contrária faz parte do processo democrático.
355 Tem que ser mais duro. Pelo trabalho de desqualificação e... Declarações
356 desqualificando, deslegitimando o trabalho, o rigoroso trabalho da... Agora, eu sugiro, se
357 nós não podemos eliminar o segundo parágrafo. Porque ele faz um enfoque analítico
358 sobre o Pará, aí há tendência, eventualmente, a Governadora do Pará não gostar. Por
359 que o Pará? E não o Tocantins também, e o Mato Grosso também, etc e tal... E ele não é
360 necessário ao restante da nota. Quer dizer, parágrafo um, dois e três dão uma nota
361 consistente, menor, mais forte e com essa adequação aí sugerida pela Adriana.

362

363

364

365 **ROGENIR COSTA – Representante da Catholic Relief Services / CRS**

366 Se me permite, eu gostaria apenas de fazer uma ponderação sobre o formato desse
367 documento. Porque me parece meio confuso. É uma moção de repúdio, é uma carta
368 direcionada ao Ministro, solicitando a exoneração do Superintendente. Eu acho que a
369 gente precisaria deixar bem claro, qual é o formato desse documento que vai ser
370 encaminhado ao Ministro.

371

372 [Pronunciamento fora do microfone]

373

374 **ROGENIR COSTA – Representante da Catholic Relief Services / CRS**

375 Exato.

376

377 [Pronunciamento fora do microfone]

378

379 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

380 É que moção de repúdio, eu já vi muitos documentos com esse título. Estou tentando
381 lembrar se eu já vi um documento com o título pedido de exoneração. Deixa eu pensar
382 um pouco nisso. Para ver se isso é um título.

383

384 **ROGENIR COSTA – Representante da Catholic Relief Services / CRS**

385 [Pronunciamento fora do microfone]

386

387 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

388 Entendi. Agora, que título dar então? Pedido de exoneração é feito pelo Ministro que está
389 deixando o cargo. Né? Você acha que não?

390

391 **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO - Representante do Ministério do Meio**
392 **Ambiente**

393 Acho que não. A questão aqui é uma posição que está se colocando. Mas a gente não
394 pode pedir a exoneração formalmente.

395

396 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

397 Então, vamos deixar como moção. Pois não. Dr. Jalbas.

398

399 **JALBAS AIRES MANDUCA - Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e**
400 **Abastecimento**

401 Ministro, nesse primeiro parágrafo, quando ele faz a declaração a favor do
402 desmatamento, por assim dizer, não seria... Isso aí teria um vínculo maior com o IBAMA,
403 e não com a CONATRAE. Então, eu tenho a impressão que o último parágrafo é que sim,
404 tem vinculação com as ações da CONATRAE.

405

406 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

407 Está correto. Patrícia.

408

409 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
410 **Gestão**

411 Mas ao mesmo tempo essa pessoa investida de... Como representante do Governo
412 Federal não poderia se opor a nenhuma das ações de repressão, tanto na área de
413 desmatamento, quanto na área...

414

415 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

416 Cabe na nota. Porém, tem razão...

417 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
418 **Gestão**

419 Só um minuto, Ministro, por favor. Agora, nós não precisaremos intitular um ofício,
420 pedindo a exoneração. Poderíamos titular um ofício falando do desagrado, ou da
421 discordo, ou das notícias que a CONATRAE teve com relação e por último solicitar a
422 exoneração.

423

424 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

425 Então, nós temos que resolver o problema do título. Ver se estão de acordo com a minha
426 sugestão de eliminar o parágrafo que fala do Pará, que é analítico, a observação do Dr.
427 Jalbas é importante, no seguinte sentido, este órgão aqui, ele tem uma especificidade, ele
428 terá mais força quanto mais ele se ativer ao seu objeto. E aí caberia algum Conselho do
429 Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, alguma área de lá, fazer a intervenção centrada,
430 prioritariamente, na declaração do desmatamento. Então acho que pode entrar como
431 adendo, mas como ele ficou lá no final, apresentando como antecedentes criminais, e a
432 moção é em eterno da declaração recente, de fato ela suscita essa interpretação de
433 deslocamento. Quer dizer, a idéia de que não, nós estamos tomando decisões em área
434 que não nos compete. Precisaria só... É uma coisa de anteposição, puxar o tema anterior,
435 que é a atitude dele de desqualificação do trabalho, do grupo especial, o tema do
436 combate ao trabalho escravo que é nosso tema, acrescentar como agravante a recente
437 declaração... Como agravante. Então, tem um trabalho de redação importante. E como
438 resolvemos à questão do título? Ora, se pode, já com provável jurídica, especialíssima.

439

440 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

441 Bom, boa tarde a todos e a todas. Eu não gosto desse título de moção de repúdio, por
442 que... Não é só batido. Acontece que nós como Comissão, a gente toma deliberações.
443 Então, a deliberação que a gente vai tomar é de encaminhar ao Ministro a nossa
444 inconformidade, que em outras palavras significa repúdio. Mas é uma deliberação nossa.
445 Moção parece muita coisa de assembléia e que foge daquelas... Das atribuições. Faz

446 parte do nosso trabalho dizer para o Ministro que essas declarações elas são
447 inadequadas, inconvenientes, são prejudiciais... É bom que espere que o Ministro tome
448 as providências, não precisa dizer o que, e tal, mas enfim, ele vai saber se é o caso de
449 exonerar ou de chamar atenção, advertir. Esse é o meu pensamento.

450

451 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

452 Ficaria sem título então?

453

454 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

455 Sem título. É uma deliberação.

456

457 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

458 Um ofício?

459

460 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

461 Um ofício.

462

463 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

464 Um ofício ao Ministro?

465

466 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

467 Um ofício dando ao Ministro a deliberação do...

468

469 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

470 Tá bom. Eu Acho que está ótimo. Contorna não tendo título. Dra. Ruth.

471 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

472 [Pronunciamento fora do microfone] Bom, concordo inteiramente com a Dra. Ela, mas eu
473 acho que o seguinte elaborado esse ofício, eu acho que seria estrategicamente
474 aconselhável, a gente tirar um grupo, e esse grupo entregar pessoalmente ao Ministro
475 Lupi, porque aí teria oportunidade de ao falar diretamente com ele, ponderar, inclusive
476 falar que não tome aquilo como uma intervenção, mas que a CONATRAE se sentiu
477 instada a se manifestar a respeito do tema e tal. Então seria uma opinião. Não grupo
478 grande, talvez três pessoas...

479

480 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

481 Podemos entregar hoje ainda? Pergunta: Damos publicidade ou não? Poderia ser pelo
482 argumento que se vou entregar em mãos, seria deselegante dar publicidade e depois
483 entregar em mãos.

484

485 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

486 Pode dar publicidade ao fato do grupo ter ido lá e ter entregue.

487

488 **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO - Representante do Ministério do Meio
489 Ambiente**

490 Isso, o contrário. Primeiro entregue em mãos e depois faz a publicidade.

491

492 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

493 Tá bom. Aí fazemos conjuntas. O Ministério do Trabalho e nós também.

494

495 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

496 Não é dar publicidade, é relatar o fato. É uma notícia.

497 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

498 Não. Duas coisas. Podemos dar publicidade e podemos botar no nosso site, no site das
499 entidades aqui presentes à íntegra da carta. Quer dizer, qual das coisas a gente está
500 aprovando aqui?

501

502 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

503 Acho que as duas coisas. A carta não vai ser segredo, não. Só que eu acho que por uma
504 questão de estratégia, primeiro entrega e depois noticia. E você me interrompeu, mas eu
505 não tinha acabado de falar.

506

507 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

508 Então continua.

509

510 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

511 É só uma outra ponderação. Acho que a gente realmente não devia misturar esse caso
512 do Pará, que é um caso concreto, etc e tal, com o caso do Mato Grosso, que a gente tem
513 notícia, mas ainda não aconteceu. A minha experiência de muitas décadas de Ministério
514 acompanhando essa questão, a minha experiência indica o seguinte. A regra...

515

516 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

517 Não fala muitas décadas porque dá impressão injusta. Uma jovem como essa não pode
518 estar a muitas décadas.

519

520 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

521 Mas é justo. Ninguém desconhece isso é público, nós todos que trabalhamos no serviço
522 público sabemos que para esses cargos de amplo recrutamento, os critérios,
523 eventualmente, são político partidários. Nem sempre são critérios técnicos. Isso é

524 histórico. Não é só no Brasil que acontece, diga-se de passagem, então não nos compete
525 entrar no mérito, então no decorrer desse tempo todo, eu já presenciei o seguinte:
526 colegas nossos servidores indicados para o cargo. Fizeram uma péssima gestão, e
527 também não contaram com o nosso apoio e confiança. Cargos ocupados por alguém de
528 fora, seja recrutado de que meio for. Temos várias experiências bem sucedidas. Então,
529 eu acho que não pode haver preconceito quanto à forma de recrutamento. Eu concordo
530 inteiramente que o que seria ideal é traçar um perfil. Por quê? Existindo uma pessoa com
531 perfil adequado, e tenda da área de trabalho, entenda de emprego, entenda disso,
532 daquilo, no caso entenda de toda a política de Direitos Humanos, tem uma história e tal,
533 perfil é uma coisa. Agora, criar um preconceito quando a lei garante que o cargo seja de
534 recrutamento amplo, eu acho que é uma coisa extremamente complicada. No final das
535 contas, a gente estaria exigindo de uma autoridade, que ela usasse um critério mais
536 restritivo do que aquele que a lei lhe garante. A sugestão que a Patrícia deu ela trata de
537 um tema que nós estamos atualmente discutindo, mas para colocar na nossa lei
538 orgânica. Que é a lei orgânica das carreiras, não só da nossa, mas da receita, etc e tal.
539 Então para o futuro a gente pretende realmente criar mecanismos, mas para os cargos
540 eminentemente técnicos de preferência. E só pra justificar que não estou querendo
541 realmente opinar muito em relação a esse caso. É porque eu já tenho um contencioso
542 interno. E a gente já encaminhou, já está sendo avaliado, já está sendo discutido, e já
543 gerou resultado inclusive, em relação a assuntos de autos de infração encaminhados e
544 tal. Então, internamente com o apoio do próprio Ministro, eu já consegui resolver outras
545 questões. Então, essa é a principal razão, eu nem ia dar muita opinião, só pra vocês
546 ponderarem um pouco isso aí.

547

548 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**
549 Obrigado. Dr. Rodolfo.

550

551

552

553 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
554 **CNA**

555 Ministro, eu estava aguardando que o senhor colocasse em votação, não sei se foi
556 colocado ou não foi [interrupção no áudio] Mas gostaria de solicitar que, republicana e
557 democraticamente, constasse o voto divergente da CNA Brasil. Nós entendemos que o
558 CONATRAE não é uma Câmara de patrulhamento ideológico, e não deve servir a esse
559 propósito. E nós na CNA também discordamos da forma que a fiscalização foi feita na
560 Pagrisa, como discordamos da forma que foi feita na Gameleira, nessa participando
561 pessoalmente. Então, nós gostaríamos apenas que respeitando o princípio das minorias,
562 do livre entendimento, que constasse nesse documento a discordância da CNA Brasil.
563 Muito obrigado.

564

565 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

566 Dr. Rodolfo, eu penso que de alguma maneira nós estamos então voltando a um episódio
567 muito semelhante, que o senhor mesmo propôs, e na deliberação foi de não introduzir no
568 texto. Porque isso aí então realmente cria toda uma discussão. Que por que não
569 introduzir no texto o ponto de vista dos vários segmentos? Por exemplo, a SINAIT com o
570 seu enfoque e outros daqui. O que nós podemos fazer com toda certeza é, ao anunciar,
571 registrar em ata, registrar aqui na produção do resultado da reunião, no site da Secretaria
572 Especial, isso que o senhor acaba de nos fazer. Agora, realmente no corpo do texto, isso
573 é uma regra que ela não acontece no Parlamento, ela não acontece na vida democrática
574 a idéia de introduzir no texto em que se pede, o texto ele é aprovado pela maioria
575 democrática, na inexistência de uma outra regra qualquer que possa substituir essa de
576 que, num impasse, é preciso votar e decidir pela maioria. Pois não.

577

578 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
579 **CNA**

580 Presidente, eu gostaria de registrar, pelo menos para que conste em ata, sobre o nosso
581 protesto. Nós nos sentimos discriminados com essa posição. Lamentamos que nem o

582 nosso nome conste da relação de convidados para essa reunião, que os convites sejam
583 feitos, não vão sequer para a CNA, vão para o Rio de Janeiro, para a Federação de
584 Agricultura do Rio de Janeiro. Nós nos sentimos muito desconfortáveis em continuar
585 participando do CONATRAE dessa maneira. E reafirmamos que a minoria tem direito, de
586 que a sociedade saiba o posicionamento do membro de um Conselho importante, de um
587 grupo importante como esse. Se infelizmente esse direito não for dado, nós registramos e
588 vamos reavaliar na CNA a permanência da nossa entidade nessa Comissão. Obrigado.

589

590 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

591 Obrigado, Dr. Rodolfo. Eu em primeiro lugar, então antecipadamente, já vou apurar e
592 peço desculpas pelos erros de convocação, isso será corrigido. Antecipo então o pedido
593 já formal de que a CNA mantenha a sua participação e mais que isso, eu estou
594 aguardando uma audiência com o Ministro da Agricultura, que eu quero visitá-lo, como
595 estou visitando 20 Ministros, para apresentar o programa de celebração de 60 anos dos
596 Direitos Humanos no Brasil, que está em curso, que é um conjunto bem nutrido de
597 atividades, com algumas atividades pioneiras, entre elas, em junho, um encontro
598 absolutamente inédito no Brasil, um encontro de Presidentes, o Presidente Lula e pelo
599 menos convidados os Presidentes das 500 maiores empresas brasileiras e entidades
600 representativas, pra discutir pela primeira vez no Brasil uma pauta responsabilidade
601 social das empresas e os Direitos Humanos. As diferentes temáticas. A mulher nas
602 empresas, a questão racial nas empresas, as pessoas com deficiência nas empresas, e
603 acredito que esse encontro está sendo muito bem recebido com os empresários que já
604 conversei, e acho que ele iniciará uma série. Acho que a partir dele o Brasil repetirá uma
605 vez por ano um grande encontro para avaliar. Porque as empresas vêm avançando nos
606 últimos anos o tema responsabilidade social, mas o lado Direitos Humanos acaba não
607 sendo nominado. E eu aguardo a audiência com o colega Stefanos, que eu queria propor
608 a ele uma visita de nós dois à CNA. Para solicitar que a CNA assuma uma posição de
609 vanguarda que cabe a ela, o enfrentamento do trabalho escravo no Brasil. Com o seu
610 empenho em protestar, discordar, toda vez que lhe pareça que não se trata de combate
611 ao trabalho escravo, mas em hipótese alguma, ela deixar de realizar o que é do maior

612 interesse histórico da CNA. Até pelos riscos que eu sempre reitero de que um trabalho de
613 denúncia em torno de um trabalho escravo, que seja autuado numa produção de soja,
614 coloca em risco a soja brasileira, em Genebra. Na hora que for apresentada uma moção
615 lá, nessa competição em que o mundo hoje se volta, e está nos jornais de hoje, para
616 atacar o biodiesel brasileiro, para atacar o etanol brasileiro, não vamos subestimar os
617 riscos. Então, assim como o pacto Brasil expressa a consciência das empresas, de não
618 compactuar, e no caso da Pagrisa, o problema da Pagrisa cresceu na hora que a
619 PETROBRÁS suspendeu a compra do álcool e as demais. Cumprindo um pacto que é
620 empresarial. As maiores empresas brasileiras assinam. E a Confederação Nacional da
621 Agricultura, provavelmente a partir de uma visita como essa, um diálogo franco,
622 democrático, compreenderá que a importância da presença dela aqui e de ela estar junto
623 conosco em cada um dos momentos. Porque assim, toda vez que houver alegação de
624 que houve extrapolação, isso será tratado administrativamente, eventualmente do ponto
625 judicial também, como foi no caso da Pagrisa. Então, nesse sentido, eu antecipo esse
626 pedido, de que a CNA mantenha sua presença aqui, nós registraremos a sua
627 discordância, como fizemos de outra vez, publicamente, e aguardando no mais curto
628 espaço de tempo que a gente possa passar uma tarde lá conversando, ou numa manhã.
629 Porque esse diálogo e o trabalho do grupo especial de fiscalização móvel é o tipo de
630 ação, de congraçamento de interesse de trabalhadores e de empresários. É de
631 enfrentamento de violadores dos Direitos Humanos, de violadores da lei. É uma ação
632 conjunta. Em outras ações, na luta salarial, aí é a disputa democrática. Os trabalhadores
633 estarão exigindo aumento de salário, os empresários provavelmente argumentando que
634 não pode dar o aumento pretendido, por causa das razões da lucratividade, da
635 competição empresarial, etc. Agora, em torno do trabalho escravo, ou então acreditamos
636 que nós estamos participando todos de uma farsa, de que não há trabalho escravo no
637 Brasil, de que estamos exagerando. Nós não estamos. Há trabalho escravo,
638 documentado, autuado reiteradamente e a CNA tem um papel fundamental nesse
639 embate. Daí ser indispensável à presença da CNA aqui. Pois não.

640

641

642 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
643 **CNA**

644 Ministro, quero lhe agradecer, essa iniciativa e pode ter certeza que para a CNA e para a
645 classe rural brasileira é um privilégio poder tê-la na nossa Casa, discutir esses assuntos
646 com profundidade, apresentar as nossas dificuldades, os nossos problemas, as nossas
647 divergências, e creio que seja muito construtivo que seja feito desse maneira. Não quero
648 me externado no assunto, Ministro, mas posso lhe falar que nós não temos nada a dever
649 aos demais países com relação a relações de trabalho na área rural, principalmente em
650 se tratando de um país com uma fronteira agrícola tão grande como a nossa e com
651 dificuldades conhecidas por todos, da própria sociedade brasileira, da própria história do
652 país, muitas vezes da ausência do Estado, da dificuldade de infra-estrutura, enfim, tantas
653 coisas. Mas quero lhe afirmar, Ministro, que nós não temos nenhuma vergonha com
654 relação à Europa e a América do Norte. Aliás, a América do Norte que sequer ratificou a
655 convenção 29 da OIT até o dia de hoje, pelo menos. E outros países.

656

657 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

658 A América do Norte que não ratificou que não aceita a jurisdição da Comissão e da corte
659 de Direitos Humanos da OEA e agora tem um veto presidencial, há uma Lei do
660 Parlamento que revogava a tortura.

661

662 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
663 **CNA**

664 Mas que o Ministério do Trabalho americano financia ONGs, inclusive católicas, aqui no
665 Brasil. É muito interessante esse tipo de dicotomia. Então, Ministro, quero lhe agradecer.
666 Não quero me estender, quero lhe agradecer imensamente a essa iniciativa, o senhor
667 determina o dia e a hora que possa fazer essa visita, nós teremos toda honra de ir junto
668 com a nossa Diretoria recebê-lo na nossa Casa.

669

670

671 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

672 Vamos junto com o Ministro Reinhold.

673

674 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
675 **CNA**

676 Com muita honra. Só queria, Ministro, sem absolutamente contrariar a sua afirmação, na
677 vez anterior em que ocorreu o mesmo fato, não foi divulgada na imprensa a posição da
678 CNA. Nem no documento e nem nas manifestações.

679

680 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

681 No nosso site sim. No nosso site com certeza que eu revisei o texto.

682

683 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
684 **CNA**

685 Não vou contestar. Obrigado, Ministro.

686

687 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

688 Camargo, por favor.

689

690 **LUIS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO - REPRESENTANTE DA PROCURADORIA**
691 **GERAL DO TRABALHO**

692 Bom tarde Ministro, senhoras e senhores, boa tarde. Eu quero rapidamente deixar aqui
693 um possivelmente bem claro. Acho que a participação da Confederação Nacional da
694 Agricultura na CONATRAE é fundamental. Não gostaria de sair daqui sem externar essa
695 posição. Acho que é uma postura democrática, eu tenho participado ativamente da
696 repressão ao trabalho escravo. E acredito que somente a repressão não vai erradicar o
697 trabalho escravo no Brasil. Se nós não conseguirmos estabelecer uma interlocução com

698 os representantes dos produtores rurais, uma interlocução democrática, franca, aberta,
699 nós não vamos avançar. Então quero aqui referendar, se é que é o caso, as palavras do
700 Ministro Paulo Vannuchi, dizer que o Ministério Público do Trabalho também acredita
701 nesse processo de interlocução democrática. É fundamental, excelente idéia de fazer
702 essa visita à CNA, inclusive com o Ministro Reinhold Stefanos, porque nós não vamos
703 avançar, nós não vamos atingir o nosso objetivo, nós não vamos conseguir eliminar essa
704 chaga do Brasil, se não houver uma interlocução, se não houver uma discussão
705 democrática, se não houver, como disse o Ministro Paulo Vannuchi, uma intervenção
706 efetiva da CNA. Nós temos falado isso e às vezes em alguns textos, em aulas, em
707 seminários, a parcela dos produtores rurais que pratica esse crime é uma parcela muito
708 pequena. Felizmente. É uma parcela muito pequena. O agronegócio no Brasil traz
709 divisas, traz empregos. Nós estamos aí às vésperas, praticamente já dentro, de uma
710 discussão ampla mundial sobre a questão do biocombustível. Da expansão dessa
711 fronteira. Então, não podemos aqui, agora, aqui nesse colegiado, aqui na CONATRAE,
712 abrir mão ou deixar passar uma informação da CNA que se sente desconfortável e aqui
713 na minha cabeça já veio aqui uma possibilidade de não mais participar do CONATRAE
714 sem que houvesse uma manifestação efetiva nossa no sentido de não concordar com o
715 afastamento da CNA. A nossa postura aqui deve ser sempre de buscar a negociação. E
716 se nós participamos e efetivamente o Ministério Público do Trabalho participa do
717 processo de repressão, é porque é a nossa atribuição, a atribuição que nos deu o
718 legislador constituinte de 1988. Mas, nós nunca nos furtamos e não nos furtaremos a
719 auxiliar, a discutir e participar de um processo democrático, porque eu sei que o objetivo
720 de todos nós aqui é de eliminar o trabalho escravo no Brasil. Agradeço a oportunidade.

721

722 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

723 Muito obrigado, Dr. Camargo. Acho que... Eu sugiro, inclusive para não haver dúvidas,
724 que a gente coloque então a carga que será entregue ao Ministro. Ela já tenha na sua
725 última linha um asterisco que chame para uma nota de pé de página, uma frase
726 curtíssima. A CNA discordou da elaboração dessa nota. Ponto. Satisfaz? Acho que está
727 resolvido assim, se houver concordância, então não mexemos esse texto. Quem vai

728 produzir esse texto, eu tenho que me retirar daqui a pouco, então peço que a Dra. Ruth
729 assuma a Presidência e peço que o meu assessor, José Guerra, que tem trabalhado
730 diariamente na assessoria do tema fique aqui ajudando a Dra. Ruth, ele me informou
731 agora inclusive que o tema central nosso de hoje que é completar a revisão do texto, já
732 tem o encaminhamento acertado no Palácio do Planalto, verba da SECON para
733 produção, tudo isso. Eu queria abrir, antes de entrar nesse tema, uma rápida avaliação
734 do ato que houve que eu gostaria de emitir aqui pedindo licença para me retirar depois
735 por razões médicas, uma leitura daquele evento. Podemos fazer isso? Então, passando
736 então, fazendo uma alteração e tentando fixar, talvez, em 15, 20 minutos, não mais do
737 que isso, a avaliação. Eu quero chamar atenção pra idéia de que me pareceu um evento
738 extremamente importante, de um alto-astral, que revelou à presença, a preocupação, a
739 capacidade de mobilização de trabalhadores, de segmentos da sociedade civil, ligados à
740 defesa dos Direitos Humanos é o tema. Tenho, no entanto, dúvidas sobre aquele evento
741 como parte de um processo de convencimento de parlamentares. Então, eu expressei
742 isso quando, uma semana antes, fui chamado pelo Senador José Nery que teve o papel
743 de vanguarda naquele evento, numa reunião no seu gabinete que tinha a presença
744 também do Senador Suplicy e Inácio Arruda, e do Deputado Paulo Rocha, e a pergunta
745 que foi feita ali: Quais as conversas que foram feitas com as lideranças dos partidos?
746 Então, vamos ter claro isso. A pressão social é um elemento muito importante pra
747 sensibilizar a opinião dos parlamentares, lembremos da campanha das Diretas Já, que
748 por um triz, não aprovou em 25 de abril de 84 quando seis meses antes o cenário era
749 completamente diferente, foram aquelas mobilizações que mudaram a opinião
750 parlamentar, em grande medida. Mas as mobilizações, sozinhas, elas não asseguram
751 essa mudança. Então, caberia senão hoje, mas em algum momento a CONATRAE refletir
752 com os organizadores daquele evento a complementação o mais rápido possível daquele
753 evento, com o processo agora de visitas às lideranças, convencimento... Porque o ano
754 eleitoral é curto, em 30 de junho nós vamos ter o tal do recesso branco que se alonga até
755 o final do segundo turno, e depois novembro e dezembro não se vota quase nada, além
756 da lei orçamentária, daquela meia dúzia de temas que estrangulam a vida da nação.
757 Então, se é pra gente manter o esforço e exigir do Parlamento que a aprovação da PEC
758 438 seja um dos compromissos de celebração do aniversário de 60 anos da declaração

759 universal dos Direitos Humanos, eu proponho que se der tempo ainda hoje de terminar a
760 revisão do texto. A CONATRAE discutir um plano de retomar agora a pressão do jeito
761 tecnicamente correto. Qual? Centrado na Câmara dos Deputados. Porque é na Câmara
762 dos Deputados equacionando entre nós uma proposta que eu comecei a conversar com o
763 Paulo Rocha, e não entendi que haja clareza sobre isso. Para que houvesse aquela
764 aprovação em primeiro turno, de que nós tanto nos gabamos, houve uma negociação
765 com bancada ruralista, incluindo as figuras mais conhecidas dessa área, Ronaldo Caiado,
766 e entrou o tema trabalho urbano junto. E quando entra o trabalho urbano, eu falei: Paulo
767 Rocha, isso gera uma ampliação generalizada do tema, como é que você vincula o centro
768 da proposta que é a expropriação fundiária? Quando você vai à pequena oficina do Brás,
769 em São Paulo, que explora o trabalho análogo à escravidão do paraguaio ou do boliviano.
770 Qual o significado que tem esse (?). Então, a idéia de foco, e mais, se a votação em
771 segundo turno for incorporando essa Emenda, obrigatoriamente o Senado reinicia o
772 exame. É regimental, não paira dúvida sobre isso. O Senado não examina mais se a
773 matéria for aprovada na Câmara nos termos essenciais em que veio do Senado. Então,
774 isso é um tema que ali eu não vi espaço pra discutir concretamente a engenharia política
775 da aprovação. Parecia que a mobilização social seria capaz de garantir. Não é. Ela é
776 muito importante, ela mostra que a sociedade é sensível, ela realiza um ato daqueles de
777 auditório cheio, manifestação, abraço, mas convencimento parlamentar exige uma
778 complementação que não está planejada, não está assegurada. Então, isso é um pouco
779 essa avaliação, ainda tenho tempo pra ouvir um pouco da avaliação e levanto essa
780 proposta, que se a discussão do texto for breve. Ainda é breve, assegurar para ainda
781 hoje, a discussão de passos seguintes ao evento que foi que dia de março? 12 de março.
782 Frei Xavier. Só uma coisinha, quem vai cuidar da redação da nota? Zé Guerra pode?...
783 Zé guerra acompanha. SINAIT. Mais alguém? Ou os dois fazem isso? Os dois fazem e
784 apresentam aqui para leitura e aprovação da Presidente Dra. Ruth. Ok? Então, Frei
785 Xavier.

786

787

788

789 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

790 Só pra concordar com a sua preocupação, e compartilhar com todos os membros, que
791 inclusive a questão da preocupação central dos promotores dessa mobilização. Inclusive
792 hoje mesmo, terminando essa reunião, nós iremos nos reunir para, além de avaliar mais
793 profundamente o ato, definir as formas de continuação. Está em nossos...

794

795 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

796 Ta bom. Então a CONATRAE também... Se tiver tempo, ela já antecipa. Eu... Assim, na
797 minha ponderação, é não subestimar esse pequeno detalhe técnico. Foi iniciativa
798 parlamentar basicamente do Senado. Pra um tema que é exame na Câmara. Aquelas
799 Casas não são duas Casas de harmonia. Elas não são dois irmãos solidários. São Casas
800 que têm contradições, elas têm uma visão de Câmara alta e Câmara baixa. Idéia de
801 revisão. Então, nesse sentido precisa de mais ou menos reiniciar com protagonismo
802 Câmara dos Deputados, que é onde a matéria vai à votação agora. Proponho isso na
803 discussão nossa e na discussão dessa reunião de organizadores promotores do evento.
804 Quem mais quer falar um pouco da avaliação do 12 de março? Deixa pra hora que for
805 discutir. Então, passamos agora ao tema e o Leonardo Sakamoto coordena e eu peço
806 licença para passar a coordenação para a Dra. Ruth.

807

808 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

809 Ministro, já que o senhor está se retirando, eu queria aproveitar para formalizar o convite,
810 que eu já lhe comuniquei antes, o nosso festival da abolição que é mais um evento, esses
811 60 anos de Direitos Humanos, o Tocantins contra o trabalho escravo. Uma semana
812 completa de eventos mobilizando a sociedade, do norte do Tocantins principalmente, as
813 universidades, as escolas e os artistas mostrando a cara de quem combate o trabalho
814 escravo hoje. Vocês encontram em suas pastas o material em breve uma programação
815 mais detalhada.

816

817

818 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

819 Obrigado. Também na pasta esse caderninho que foi o evento da semana passada,
820 anunciando 30 ações, elas podem virar 35, 40, se surgirem... O calendário está sendo
821 distribuído e aqui eu recomendo uma leitura realmente... Claro que tem temas
822 diversificados como a conferência GLBT, idosos, pessoas com deficiência, exploração
823 sexual. Mas, certamente no calendário geral de revisão do PNDH, Programa Nacional
824 dos Direitos Humanos, será a sua terceira versão, a primeira é de 96, a segunda de 2002,
825 e a terceira atualizando os temas, atualização também da agenda do combate ao
826 trabalho escravo. Estudar como esse tema aparece lá e na versão e como deve aparecer
827 agora e isso vai pra votação final entre 15 e 18 de dezembro. Depois de passar pelas
828 conferências estaduais, Frei Xavier, em que pelo menos dos Estados onde existe a
829 Comissão Estadual, nos Estados onde existe o Plano Estadual, realmente se cuide de
830 intervir também no calendário na hora da Conferência Estadual dos Direitos Humanos do
831 Tocantins, do Pará, do Mato Grosso, etc, para que venha forte já a pauta dos itens de
832 erradicação de trabalho escravo. Dr. Jonas ainda na minha presença.

833

834 **JONATAS DOS SANTOS ANDRADE**

835 Ministro, boa tarde a todos. Como o senhor havia me solicitado, gostaria de informar a
836 todos que estou fazendo aqui a entrega ao Ministro Paulo Vannuchi de um... Um ofício
837 relatando a situação da jornada de trabalho nas Minas de Carajás. Juntamente com
838 decisões dos últimos dez juízes que atuaram na Comarca de Parauapebas Que se
839 encaminham nessa direção. A de inclusive denunciar a jornada exaustiva, inclusive
840 fazendo analogia às condições do trabalho, da redução análoga a de escravidão. Após,
841 na seqüência da pauta, gostaria de tecer algumas outras considerações, a respeito da
842 atual situação nas Minas de Carajás, mas aproveitando na sua presença faço a entrega
843 aqui para o Dr. José Guerra dessa documentação.

844

845

846

847 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

848 Muito obrigado, doutor. Saiba que eu entregarei em mãos do Dr. Roger Agnelli.

849

850 **JONATAS DOS SANTOS ANDRADE**

851 Só lhe antecipo o seguinte, eu fatalmente devo ter contato com essa documentação de
852 volta, acredito eu que dentro do próprio processo em mais um subsídio à minha
853 suspeição levantada pela Vale nos próprios processos em que estou atuando. Mas, como
854 me foi pedido, eu estou aqui, digamos assim, num gesto de prosseguimento do meu
855 propósito que é, digamos assim, a regularização daquela situação. E se houver o que eu
856 imagino, digamos, uma mudança de propósitos da companhia Vale do Rio Doce, imagino
857 que isso não aconteça. Espero que isso não aconteça. Mas, vejamos onde vai dar,
858 digamos assim, a interferência e a intermediação talvez da própria Secretaria Especial de
859 Direitos Humanos e quem sabe da CONATRAE que é o que vou requerer ao final do
860 ofício para esses fins.

861

862 **PAULO DE TARSO VANNUCHI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

863 Muito obrigado, Dr. Jonatas. E parabéns pelo seu trabalho. Força e perseverança. Eu
864 estava dizendo que levarei em mãos na visita que farei ao Dr. Roger Agnelli para
865 convidá-lo para estar presente nesse encontro em 24 de junho, encontro de Presidentes,
866 responsabilidade social das empresas e Direitos Humanos. Então, com habilidade, eu
867 vou introduzir o tema e falar: Olha, de fato nós estamos vendo pelos jornais, eu não vou
868 poder convidar o João Pedro Stedile pra me acompanhar nessa visita, porque é um
869 momento de a coisa... Semana ele chama o MST de bandidos, e aí a Secretaria Especial
870 de Direitos Humanos ela tem de entrar mesmo no seu esforço de intermediação. E essa
871 documentação, quanto mais apoiada em dados, em nomes, em números concretos, mais
872 força nós temos pra dizer pra ele: Olha, todos nós que assumimos uma posição de topo,
873 às vezes temos a impressão de que tudo vai bem. A empresa só chega aqui, dá várias
874 maravilhas do trem sobre saúde, do trem de educação que ela tem e etc e tal, e também
875 essa faceta não aparece. Recentemente o Presidente Lula teve contato com ele,

876 solicitando a construção de uma siderúrgica no Pará, pra Vale não deixar lá apenas o
877 buraco, dos minérios que foram retirados. E era Também uma oportunidade que já
878 poderia ter levado isso e faremos agora. Muito obrigado então, gente, então bom trabalho
879 e a Presidência estará aqui em excelentes mãos.

880

881 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

882 Vamos só tentar nos organizar aqui, gente, pra gente utilizar bem o tempo. Porque eu
883 também estou com o tempo um pouquinho curto e eu tenho outro compromisso em
884 seguida desse. Então tentar fazer desse tempo restante aí mais produtivo possível. Senta
885 aí. Mesmo porque se alguém quiser assinar e eu estiver sem óculos eu não enxergo.
886 Então, a minha pergunta é só pra gente se preparar. Vamos entrar direto na questão da
887 atualização do plano, mas eu já gostaria de saber antecipadamente, quem tem algum
888 informe, alguma coisa pra gente organizar aqui. Organizar o tempo.

889

890 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

891 É um informe rápido da secretaria.

892

893 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

894 Mas não é pra dar o informe agora não. Primeiro quero saber. OIT... Quem mais levantou
895 a mão aí, gente? SINAIT? Mais que eu não enxerguei? É isso, gente? É CDH, OIT,
896 SINAIT e ANAMATRA. Depois a gente já estará em condições de encerrar. Sakamoto.

897

898 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
899 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

900 Bem, vou tentar ser o mais breve possível. Cinco minutos. Bem, na última reunião... Vou
901 fazer uma consideração e depois eu coloco isso a disposição... Na última reunião foi
902 considerado pelo pleno, a última reunião para análise do plano. Todas as propostas
903 foram colocadas, todas as... Todas as colocações assim também foram cumpridas, de

904 atores diferentes, da ANPT, passando pela CNA, passando pela CONTAG todo mundo
905 foi ouvido e foi alterado aqui. Passou também por uma leitura por parte do próprio Poder
906 Executivo, foi enviado para... Quer dizer, não foi enviado oficialmente, a gente até tem
907 que... Foi uma comida de bola da secretaria de Direitos Humanos, que deveria ter
908 colocado oficialmente assim para o Ministério do Planejamento, foi enviado apenas extra
909 oficialmente para o Ministério do Planejamento e o Ministério do Planejamento
910 encarregou a Patrícia por ter já conhecimento largo e profundo sobre o tema de analisar
911 como... E como poder inserir o plano, e como garantir que haja também recursos e
912 rubricas para a execução do Plano Nacional. A Patrícia, acho que... Vou pedir para a
913 Patrícia se manifestar sobre isso, e o José Guerra havia me colocado que há recursos
914 para o lançamento e impressão disso aqui, o Ministro pediu também espaço que ele quer
915 fazer uma carta de apresentação para o texto do plano, eu já me coloco à disposição no
916 seguinte sentido. Não é necessário gastar o dinheiro da secretaria e nem fazer licitação
917 para fazer uma diagramação e design gráfico, a repórter Brasil, a gente faz isso
918 gratuitamente, vamos poupar o erário público, e a gente só fornece o PDF para a
919 impressão e que aí o Poder Público faz a impressão e faz um lançamento, o Ministro
920 havia colocado a possibilidade de um lançamento no Palácio do Planalto. Vou pedir a
921 palavra para a Patrícia e depois que a Patrícia falar eu retomo e a gente tece, parte para
922 as considerações.

923

924 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
925 **Gestão**

926 Bem, o Ministério do Planejamento não se opõe a nada do que aqui está. Até mesmo
927 porque é um compromisso, uma prioridade do Ministro Paulo Bernardo, sempre
928 expressou isso, apoiar todas as ações referentes ao combate ao trabalho escravo. Acho
929 importante, acabei de conversar com o Ministro, que a secretaria de gestão da qual eu
930 dirijo está analisando cuidadosamente a proposta de reestruturação da secretaria de
931 Direitos Humanos. Mas nós não verificamos a solicitação de nenhuma estrutura para a
932 coordenação da CONATRAE, nessa proposta. O Ministro prontamente concordou e nós
933 precisaríamos então, Guerra, de uma solicitação para a inclusão de uma coordenação ou

934 de que forma for para o secretariado Executivo da CONATRAE junto à secretaria de
935 Direitos Humanos. Fora essa observação o Ministério está de pleno acordo com o plano
936 proposto.

937

938 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
939 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

940 Vou retomar. Obrigado, Patrícia, agradeço. Queria retomar, queria ver com relação ao
941 posicionamento dos membros da CONATRAE com relação ao plano, e se houver alguma
942 sugestão, ou alguma posição... Gostaria que fosse colocada. Senão a gente até passa
943 para eventuais desdobramentos.

944

945 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

946 Bom, a minha pergunta é: Todo mundo leu, ofereceu sugestões... Ficou faltando alguma
947 manifestação?

948

949 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

950 Posso falar?

951

952 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

953 Pode.

954

955 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

956 Bom, eu não participei da última reunião, participei da primeira reunião, e coloquei
957 várias... Enfim, várias críticas, algumas até não foram tão pesadas, quantas outras que
958 foram feitas com relação à metodologia. Eu continuo achando que metodologicamente
959 isso aqui não é um plano de metas. Só começando com o primeiro, manter a erradicação
960 do trabalho escravo contemporâneo como prioridade do Estado Brasileiro, isso não é

961 uma meta do ponto de vista de construção de um plano. Isso aí é um objetivo. É o
962 objetivo do plano. A meta ela tem que ser uma meta muito individualizada. Mas, eu sou
963 vencida aqui. Eu só quero colocar o seguinte. Tudo aquilo que se refere ao Ministério
964 Público Federal com relação a cargos, a Projeto de Lei, como aqui eu estou
965 representando Procurador-Geral da República, e ele já me orientou nesse sentido, então
966 eu não posso votar favoravelmente. Essa questão de aumento de cargos para
967 procuradores, tanto da República como procuradores do trabalho, servidores, a
968 interiorização, isso passa por uma discussão da instituição que não foi feita de modo que
969 eu, aqui, eu não posso aprovar, quer dizer, dizer que eu aprovo na forma como está
970 colocada. Eu teria outras também observações, mas essas realmente são as mais
971 importantes e as que não permitem votar. E eu acho que vou votar em termos de
972 abstenção com relação a esse plano.

973

974 **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO - Representante do Ministério do Meio**
975 **Ambiente**

976 Eu teria uma questão a ser refletida conjuntamente. Se a Dra. Ela que é a representante
977 da instituição coloca essa ressalva, não acho que fique confortável nós mantermos
978 independente do mérito da questão. É uma pena. Mas se a posição da representante da
979 instituição é essa, talvez seja o caso realmente de excluir isso como meta. Para fazer
980 uma avaliação aqui alta. Mas ficaria muito esdrúxulo colocarmos sem que a membra... O
981 membro da instituição concorda.

982

983 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Representante da Associação Nacional dos**
984 **Procuradores do Trabalho**

985 Eu quero, antes de mais nada, me desculpar por ter chegado atrasado, estava em outro
986 compromisso, que me atrasou. E eu quero insistir, pelo menos no que toca o Ministério
987 Público do Trabalho, na meta do plano. Porque senão, eu tenho outros dois procuradores
988 aqui que podem corroborar isso, nós vamos estar, como estamos hoje, absolutamente
989 inviabilizados de exercer o nosso trabalho. Há mais de cinco anos que se encaminhou o
990 Projeto de Lei para a Procuradoria-Geral da República, e não há outro caminho,

991 Procurador-Geral da República que tem que encaminhar o Projeto de Lei, o Ministério
992 Público do Trabalho tem um processo de interiorização necessário, imprescindível em
993 curso, com número pequeno de membros, e sem nenhum servidor. Então, não é possível
994 a gente suportar a carga de trabalho cada vez mais crescente não só nessa área, em
995 outras áreas também, mas muito em razão dessa área que é uma das metas
996 institucionais do Ministério Público do Trabalho, acompanhar todas as diligências do
997 grupo móvel, ter isso efetivamente como uma das suas principais atuações, o Dr.
998 Camargo está aqui, foi a pessoa que personificou isso por quatro anos, o Dr. Jonas agora
999 o sucede, mas isso é compromisso de todos os membros do Ministério Público do
1000 Trabalho. Mas não dá pra fazer isso sem meios materiais e sem meios de pessoal. Então,
1001 é um plano que se propõe aparelhar, a erradicar o trabalho escravo no Brasil, tem que
1002 buscar o emparelhamento de suas entidades. E o Ministério Público do Trabalho, não vê,
1003 já fizemos gestões de toda ordem, inclusive reuniões com o Sr. Procurador Geral, e não
1004 conseguimos levar sequer o projeto ao Congresso Nacional. Então, insisto pelo menos no
1005 que concerne ao Ministério Público do Trabalho da imprescindibilidade da criação desses
1006 cargos.

1007

1008 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1009 Patrícia. O senhor me desculpe se por acaso eu passar na frente. Mas, eu enxerguei ela
1010 primeiro e depois a Fabíola e depois o Jonas.

1011

1012 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
1013 **Gestão**

1014 Eu acho que se não existe concordância, então ao invés de se tirar a meta, que se tirasse
1015 a responsabilidade do Ministério Público Federal pela meta.

1016

1017 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1018 Eu posso só fazer uma ponderação antes de dar a palavra para os outros? Dra. Ela, eu
1019 acho... Assim, desculpe a... É uma opinião pessoal sincera. Você quer um plano nacional

1020 de erradicação do trabalho escravo. Em que todo mundo assume compromisso, no
1021 sentido de se esforçar e procurar implementar. Na verdade, nenhum de nós aqui tem o
1022 poder de decisão final, de liberação de recurso, de Projeto de Lei ou de Medida
1023 Provisória. Isso aqui é um compromisso na verdade de se trabalhar no sentido de. Aqui
1024 tem coisa para realização de concurso para Auditor Fiscal. Eu estou disposta a dar o ok e
1025 assinar. Agora, todo mundo pode ficar sabendo que não está na minha governabilidade
1026 quando é que vou realizar esse concurso e qual o número de vagas. Vamos ver ali, a
1027 Patrícia que ela é na área de... Na verdade é a responsável por parte disso aí. Vamos ver
1028 o que ela nos aconselha.

1029

1030 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
1031 **Gestão**

1032 Não está na sua, mas está na minha.

1033

1034 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1035 Pois é, ainda bem. Pelo menos o meu caso.

1036

1037 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
1038 **Gestão**

1039 Assim, não houve na primeira elaboração do plano que nós participamos ativamente a
1040 possibilidade de um compromisso e envolvimento com o Ministério do Planejamento.
1041 Agora há. Então, tudo aquilo que dentro das restrições e limitações orçamentárias e
1042 legais, o Ministério do Planejamento puder fazer para promover a interiorização de
1043 ofícios, do Ministério Público do Trabalho, a realização de concurso de auditores fiscais e
1044 de todo o Executivo, o Ministério do Planejamento procurará fazer para atender a
1045 erradicação do trabalho escravo.

1046

1047

1048 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1049 Jonas.

1050

1051 **JONAS RATIER MORENO - Representante da Procuradoria Geral do Trabalho**

1052 Eu com sinceridade, eu não vejo aqui qualquer ingerência sequer da CONATRAE dentro
1053 desse plano de impor a S.Ex^a. o Procurador-Geral da República forçando ele a tomar
1054 uma ação. Eu vejo sim como sinal positivo de uma ação que nós temos na CONATRAE
1055 de que inclusive se S.Ex^a. o Procurador-Geral da República encaminhar esses projetos,
1056 lá os órgãos que inclusive abonarão esse projeto, tem que passar inclusive por um
1057 planejamento me parece. Então, os órgãos que estão aqui envolvidos estão
1058 compromissados inclusive da sanção desse projeto. Chega lá o Presidente da República
1059 pode até não sancionar esse projeto. Inclusive isso aqui compromete inclusive os órgãos
1060 envolvidos com a sanção de eventual projeto a ser encaminhado por S.Ex^a. o Procurador-
1061 Geral da República, e inclusive com aprovação do Congresso Nacional, inclusive todo
1062 aquele esforço para que realmente a gente alcance essa meta que tem ofício hoje
1063 funcionando no interior desse Brasil que não tem servidor. Só tem o Procurador lá
1064 fazendo tudo. Inclusive sendo o motorista.

1065

1066 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1067 Eu sei que inclusive requisitado o nosso.

1068

1069 **JONAS RATIER MORENO - Representante da Procuradoria Geral do Trabalho**

1070 Então, é essa a posição de S.Ex^a. o Procurador-Geral do trabalho. Ele colocou muito bem
1071 claro isso. Nós não queremos logicamente que isso vai ser discutido aí na viabilidade do
1072 projeto dentro do Conselho de Assessoramento do MPU, do qual aí todos os ramos do
1073 MPU, S.Ex^a. o Procurador-Geral da República tenho certeza num futuro próximo vai...
1074 Não vai ter como sustentar uma situação que hoje está insustentável, hoje nós não temos
1075 órgão funcionando plenamente dentro de um ramo do MPU. De tal envergadura e tal

1076 importância. Então, essas ponderações que eu quero colocar para a reflexão dos
1077 membros que aqui nós não estamos querendo impor uma obrigação a alguém que tem
1078 uma responsabilidade dentro da República. Mas, que realmente isso seja uma vontade.
1079 Que se esse projeto for encaminhado e tenho certeza que será, que o Sr. Procurador-
1080 Geral da República vai se sensibilizar, e encaminhado esse projeto, todos os órgãos aqui
1081 do Executivo também estarão comprometidos inclusive com a sanção, o planejamento
1082 aqui a Dra. Patrícia Audi, representando o Sr. Ministro do Planejamento, que inclusive é
1083 um órgão que vai dar o aval. Pode sancionar que o MPU precisa ser viabilizado, com
1084 relação a esses casos. Essa é a posição do Ministério Público do Trabalho.

1085

1086 **FABÍOLA ARAUJO - Representante da Advocacia Geral da União / AGU**

1087 Em relação à primeira parte da fala da Dra. Ela, sobre a questão metodológica, se não
1088 me falha a memória, na reunião passada que a senhora não pôde comparecer, a
1089 Procuradora que veio representando o Ministério Público Federal ela se manifestou não
1090 se sentir muito a vontade para defender esse aspecto porque não tinha os subsídios
1091 suficientes. Daí então por isso ficou para a próxima reunião, que a senhora estivesse
1092 presente para que pudesse ouvir as manifestações com relação a essa questão
1093 metodológica. Não foi um aspecto que já foi ultrapassado. De repente, se a senhora
1094 achasse conveniente, nós poderemos discutir isso aqui, ainda hoje.

1095

1096 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1097 Dr. Jonatas.

1098

1099 **JONATAS DOS SANTOS ANDRADE**

1100 Apenas para reforçar nossa posição, a favor da meta da forma como está posta, porque
1101 pelo jeito estamos no campo das intenções. Do plano. Não se trata de lei, não se trata de
1102 determinação, de imperativo nenhum. E me custa crer que alguém seja contra, digamos
1103 assim, o processo de interiorização, de presença do Estado onde mais se faz necessário.
1104 Em especial nos rincões mais distantes.

1105 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1106 Então, voltamos ao processo.

1107

1108 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1109 Então, algumas coisas estão colocadas. Bom, tem uma coisa que eu acabei até
1110 esquecendo, mas na verdade o Ministério Público Federal aqui na CONATRAE ele é uma
1111 instituição observadora. Então, a rigor ele... Esse voto do Ministério Público Federal
1112 pouco importa. Agora é o seguinte. Eu acho que o plano que está se pensando, o Plano
1113 Nacional da Erradicação do Trabalho Escravo ele tem que ser assinado, é um Decreto do
1114 Presidente da República, ele fixa compromissos. Então, se vocês forem ver como é que é
1115 a composição da Comissão Nacional, é uma composição dos Ministros. No caso, a
1116 instituição do Ministério Público Federal é o Procurador-Geral da República. Então, se
1117 esse plano é aprovado pela Comissão Nacional, mesmo que os Ministros não estejam
1118 aqui, mas as pessoas que estão aqui, elas têm que estar devidamente autorizadas, não é
1119 uma posição pessoal. Tem que ser uma posição institucional. Quando vocês vêm aqui e
1120 estão votando esse plano, tem que saber que a instituição que vocês estão
1121 representando ela está assumindo um compromisso. Então, isso que eu coloquei, por
1122 exemplo, não significa que eu pessoalmente acho que o Ministério Público do Trabalho
1123 não precisa de servidores, não precisa de interiorização. Eu estou aqui trabalhando num
1124 plano argumentativo que é lógico e que é político. Se a gente aprovar com base naquilo
1125 que nós aqui que somos pessoas que temos um compromisso pessoal de erradicação do
1126 trabalho escravo, quer dizer, isso não vai se converter em realidade se isso não for uma...
1127 Realmente uma opção política de quem está ocupando o cargo de Ministro. A Dra.
1128 Patrícia, ela viu bem, já viu uma saída. Eu acho que se vocês entenderem que continua
1129 dessa forma, então pelo menos não coloque como responsável o Procurador-Geral,
1130 porque ele não está se responsabilizando nesse plano. É uma proposta que vocês fazem
1131 pra ele. Bom, não sei se consegui ser um pouco mais clara quanto... Eu não estou
1132 querendo me opor, entende, a vocês, eu estou querendo mostrar pra vocês que se a
1133 gente não fizer esse plano melhor, vai acontecer a mesma coisa do primeiro. Vai ser só...

1134 Nós não vamos conseguir concretizá-lo, nós não vamos conseguir medir a efetividade
1135 dessas metas que nós colocamos.

1136

1137 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1138 Só uma pergunta. O plano é um Decreto?

1139

1140 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1141 O plano é da Comissão. O plano não é um plano do Governo Brasileiro?

1142

1143 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1144 O plano é da Comissão.

1145

1146 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1147 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1148 Não é um Decreto, não.

1149

1150 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1151 Mas o primeiro não foi Decreto?

1152

1153 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1154 Não. Você está confundindo com que criou a CONATRAE.

1155

1156 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1157 Inclusive nesse sentido, se me permite doutora. A conversa da gente no gabinete é que
1158 dessa vez a gente, enquanto portaria do secretário especial, a gente publique o plano,

1159 mas não enquanto o efeito normativo de Decreto, publicar enquanto decisão da
1160 Comissão.

1161

1162 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Representante da Associação Nacional dos**
1163 **Procuradores do Trabalho**

1164 Me permite, assim, não quero polemizar de maneira nenhuma, até porque conheço bem
1165 a Dra. Ela Wiecko, que tem um compromisso muito sério com essa causa e também tem
1166 posições já esternadas no sentido de inclusive buscar a superação desse problema de
1167 cargos que realmente a situação... Eu concordo que não dá pra resolver aqui. Agora, eu
1168 também não acho que se possa, por isso mesmo tudo que foi dito, retirar o Ministério
1169 Público Federal como responsável. Por quê? Porque um representante vai levar ao seu
1170 Procurador-Geral isso que foi discutido aqui para que se sensibilize. Porque senão nós
1171 vamos ter que rever meta por meta a partir de da primeira para ver o Legislativo, o
1172 Judiciário, o Ministério Público. (?) poder também dizer que tem que aprovar a PEC 438,
1173 porque precisamos que os Deputados concordem. Enfim, as questões todas legislativas
1174 colocadas aqui. Então, o plano é sim, me parece um compromisso de todas essas
1175 instituições de buscar a efetivação disso. É claro que a gente conhece limitações, e essas
1176 limitações precisa se buscar a superação delas. Inclusive temos aqui a Dra. Patrícia que
1177 vai abrir o cofre do orçamento para que a gente possa esperar essas questões. Então,
1178 acho que queria ponderar nesse sentido de que a gente tem que manter o como está, a
1179 responsabilização não de que isso implique imediatamente um ato do Procurador-Geral,
1180 como também não pode implicar um ato do Poder Legislativo, do Poder Judiciário. Quer
1181 dizer, por outro lado, todas essas instituições, como integrantes do Estado Brasileiro, têm
1182 que se comprometer de alguma forma a erradicação do trabalho escravo no Brasil.

1183

1184 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1185 Dra. Ana Ribas.

1186

1187 **ANA MARIA RIBAS MAGNO - Representante da Ordem dos Advogados do Brasil /**
1188 **OAB**

1189 Apenas para ajudar nos esclarecimentos com relação à preocupação da Dra. Ela, eu...
1190 Aqui, Dra. Ela, por exemplo, eu represento o Conselho Federal da OAB. Evidente que a
1191 cada mandato de cada Presidente os conselheiros que aqui estão eles se
1192 responsabilizam como um conjunto de propostas que são colocadas aqui. Como o tema é
1193 assim de muitíssima importância para todos nós principalmente como cidadão, eu
1194 imagino que cada representante do Ministério Público Federal que esteja aqui também
1195 tenha a mesma preocupação. É claro que os nossos esforços é no sentido de que aquele
1196 que encabeça o representante do Ministério Público, ele se esforce para que as metas
1197 que se proponha aqui, elas sejam alcançadas, que funciona quase que como um
1198 estatuto. Não é um Decreto. A gente se propõe a. Vamos imaginar que amanhã ou
1199 depois o representante ou o Ministério Público que esteja, vamos imaginar que ele não
1200 evite esforços para isso. A senhora ou qualquer outro que esteja aqui não será
1201 responsável por isso. Funciona quase que como um estatuto de intenções daquilo que a
1202 gente se pretende. A gente vai se esforçar para que isso aconteça. A nossa intenção é
1203 pra ver se a senhora consegue alcançar as propostas que a gente está tentando manter
1204 aqui. Porque a gente imagina assim, que cada vez que troque um representante, que
1205 aqui chegue e tenha essa preocupação, de repente a gente não avança. Eu não sei se
1206 consegui melhorar a intenção pra senhora.

1207

1208 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1209 Alguém mais? Raquel. CONTAG.

1210

1211 **RAQUEL LUIZA - Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na**
1212 **Agricultura / CONTAG**

1213 Boa tarde, a todos e a todas. A gente gostaria de registrar a necessidade de que se
1214 realmente se faça essas metas da forma que foi construído. Porque realmente foi
1215 construído dentro da realidade, da necessidade de que esse plano seja da forma que

1216 está. Eu penso assim, é muito preocupante quando se retira uma meta dessa forma, da
1217 forma que ela foi posta, não vai atender a realidade que nós necessitamos. Então, tem
1218 um plano pra constar simplesmente no papel, realmente não adianta. Não tem razão nem
1219 de existir a CONATRAE, então. Só isso que eu tenho a falar.

1220

1221 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1222 Dr. Rodolfo.

1223

1224 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
1225 **CNA**

1226 Não sei se está em votação ainda ou é só pra...

1227

1228 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1229 Nós estamos ouvindo... Eu vou voltar para o Sakamoto caso queira fazer um resumo e
1230 depois a gente decide.

1231

1232 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
1233 **CNA**

1234 Bom, Dra. Ruth, eu queria propor apenas para passar a posição da CNA, nós estamos
1235 presente apenas no item 40, 50, 51, 54 e 55. Então, no item 40, após a expressão
1236 segurança, nós proporemos que tenha um ponto, e seja suprimido o restante da frase,
1237 que diz como a ação de prevenção ao trabalho escravo. No item... No item 40, após a
1238 palavra segurança, um ponto final. No item 50, envolver a mídia comunitária local e
1239 regional incentivando a presença do tema trabalho decente nos veículos de comunicação.
1240 Deixa eu só concluir. No item 51, também da mesma maneira, informar aos trabalhadores
1241 sobre os seus direitos e sobre o trabalho decente. O resto permanece como está. Posso
1242 seguir Sakamoto?

1243 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1244 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1245 To anotando. Pode seguir.

1246

1247 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
1248 **CNA**

1249 No ITEM 54, após a palavra em vigor no Brasil, as regras trabalhistas em vigor no Brasil
1250 na busca do trabalho decente. E no item 55, da mesma maneira, na busca do trabalho
1251 decente após produtores rurais e povos e comunidades tradicionais como medida para
1252 incentivar o trabalho decente. São as alterações propostas pela CNA. Eu pedi apenas
1253 para a Dra. Adriana se a Presidente permitir de não descer detalhe, porque nossas
1254 posições são conhecidas. Se quiser eu explico com todas as letras.

1255

1256 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1257 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1258 Me permite só um comentário vindo da minha boca um tanto quanto surpreendente, mas
1259 eu não discordo das posições. Porque acho que é o seguinte, eu acho que... Vamos ser
1260 bastante sensatos. A gente conhece a posição da CNA, eu acho que também a própria
1261 assessora da CNA participou de todo o processo também, acho que as posições que
1262 estão colocando nesse sentido aqui, eu acho que particularmente o coletivo pode, claro,
1263 me questionar e ser contraditório a mim, mas acho que essas mudanças não altera em
1264 nada a qualidade do Plano Nacional, e elas significam a manutenção da CNA dentro do
1265 plano. Eu particularmente como relator não me oponho a essas mudanças.

1266

1267 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1268 Andréa.

1269

1270

1271 **ANDRÉA BOLZON - Representante da Organização Internacional do Trabalho / OIT**

1272 Em primeiro lugar, eu queria lembrar que a questão do trabalho decente é uma bandeira
1273 da OIT, que vem sendo discutida, vem sendo proposta a nível mundial pela Organização
1274 Internacional do Trabalho. Então, em princípio, eu entendo também a proposta da CNA
1275 no sentido de trazer um discurso mais pro positivo. Um discurso que seja interessante,
1276 que coloque a discussão no patamar diferente. De qualquer forma acho que é sempre um
1277 limite tênue, entre nomear e não nomear o problema que a gente está lidando aqui.
1278 Então, assim, em princípio eu acho interessante, especialmente nas campanhas
1279 preventivas, no que tem haver com reinserção social de ex-escravos, no que tem haver
1280 prevenção, é interessante a gente falar do problema pelo aspecto positivo, mas também a
1281 gente não pode de uma forma muito contundente tirar o termo trabalho escravo de tudo.
1282 Então acho que... Eu entendo o que o senhor está propondo. De qualquer forma queria
1283 deixar claro que essa bandeira do trabalho decente, ela faz mais sentido quando a gente
1284 está falando de prevenção e de reinserção do que quando está falando de repressão.
1285 Então no geral eu acho que é interessante porque justamente está propondo onde a
1286 gente está propondo de intervenção. Então estamos de acordo.

1287

1288 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1289 Patrícia, depois Sakamoto.

1290

1291 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
1292 **Gestão**

1293 Lembrando também, complementando as palavras da Andréia, que já existe uma Agenda
1294 Nacional de Trabalho Decente, que foi aprovado inclusive por todos os órgãos que tratam
1295 do tema. Eu sugeriria uma proposta alternativa. Em todas as metas que existem o
1296 envolvimento da CNA, já que é um plano de trabalho, de combate ao trabalho escravo e
1297 não uma Agência Nacional de Trabalho Decente, que pudesse ser incorporado os dois. É
1298 um compromisso da CNA tanto de Trabalho Decente, que é ótimo que amplia e que é um
1299 conceito muito mais amplo do que somente o trabalho escravo, mas que fosse focado

1300 também nas questões de trabalho escravo. Como as que o próprio CNA vem fazendo, de
1301 convencimento, vários seminários que falam sobre trabalho escravo nas demais, nas
1302 inúmeras instâncias do Brasil... Não é isso, Dr. Rodolfo? Que vem sendo tratadas. Mas
1303 eu acho importante a manutenção da prevenção do trabalho escravo porque não se trata
1304 de um Plano de Combate ao Trabalho Decente. Especificamente Plano de Combate ao
1305 Trabalho Escravo.

1306

1307 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1308 Dra. Ana e depois Dr. Caixeta.

1309

1310 **ANA MARIA RIBAS MAGNO - Representante da Ordem dos Advogados do Brasil /**
1311 **OAB**

1312 Bem, independentemente de tudo que foi falado pela Dra. Patrícia, com relação ao que já
1313 existe, eu vós confesso que me contraponho à proposta de ser trocado o combate ao
1314 trabalho escravo. Até por conta de todas as propostas a gente vem trazendo até agora e
1315 o motivo pelo qual foi criada essa Comissão. Independentemente disso, a gente quer que
1316 tudo isso aqui vaze para a sociedade e que o povo também, como um todo, ele tenha
1317 conhecimento do que a gente trata aqui. Me parece que de repente anos a fio a gente
1318 tratando o assunto como combate ao trabalho escravo e agora a gente dando uma
1319 denominação diferente, me parece que a gente não vai alcançar aquelas camadas mais
1320 embaixo que são exatamente os trabalhadores que estão vivendo nessas condições.
1321 Então, por conta disso eu prefiro manter a proposta como ela está.

1322

1323 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1324 Caixeta.

1325

1326

1327 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Representante da Associação Nacional dos**
1328 **Procuradores do Trabalho**

1329 Também muito rapidamente, apenas para dizer o seguinte. Até vendo que o Relator
1330 aderiu, mas faço um apelo que reflita mais. Porque o que a gente está fazendo nessa
1331 campanha? A campanha não é por conta da necessidade de falar de trabalho decente.
1332 Claro que quando você vai falar de trabalho escravo, também se pode falar de trabalho
1333 decente. Aí talvez seja melhor a posição defendida pela Patrícia. Porque a gente aqui em
1334 todos esses pontos que verifiquei, se tratando de um plano de erradicação do trabalho
1335 escravo, essas campanhas são feitas por quê? Porque há a necessidade de se alertar
1336 para o problema do trabalho escravo. Então, por isso que, Dr. Rodolfo, até faço um apelo
1337 para que a gente possa incluir os dois termos. O trabalho decente, mas também o
1338 trabalho escravo.

1339

1340 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1341 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1342 Olha, pode colocar algumas propostas em votação, só que uma possibilidade partindo da
1343 Patrícia também já que ouvi posições divergentes, é colocar na busca do trabalho
1344 decente ou na prevenção ao trabalho escravo. Uma outra possibilidade. Porque o “ou” é
1345 uma coisa que as entidades vão pegar alguma coisa ou outra. Não é o conectivo “e” que
1346 significa que a CNA ela vai concordar com os dois. A CNA concorda com um e as outras
1347 entidades, concorda com outro ou com dois. E/ou. Uma coisa assim.

1348

1349 [Pronunciamento fora do Microfone]

1350

1351 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1352 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1353 Sim. Seria um e/ou. Seria uma possibilidade.

1354

1355 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1356 Dr. Rodolfo e depois a Dra. Ela.

1357

1358 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
1359 **CNA**

1360 Quero agradecer a compreensão do Sakamoto e da representante da OIT. A Dra. Ruth
1361 conhece o nosso modo de pensar, a Patrícia também, perfeitamente. Estou propondo o
1362 que é possível para a CNA. A gente vai descer detalhes, enfim... Nós discordamos de
1363 muitos itens da NR 31, nós discordamos que muitos casos que são apontados como
1364 trabalhos escravos, na realidade, são irregularidades trabalhistas, enfim, são questões
1365 que todas as pessoas conhecem. Todas as pessoas conhecem. Não adianta nós nos
1366 debruçarmos sobre isso, porque nós não saímos daqui. Eu sinceramente estou propondo
1367 da parte da CNA a parceria que ela pode fazer. Que eu entendo correta, e pratico na
1368 minha área de atuação direta no Estado do Rio de Janeiro, está aí um conjunto de
1369 cartilhas, fazenda legal, os programas, enfim. Mas isso é o que nós podemos avançar
1370 nesse momento com a nossa representação. Com todas as questões que nós temos
1371 ainda sobre lista suja, sobre uma série de itens que são contenciosos para nós. Então
1372 nós não temos como avançar nesse sentido. Porque eu não tenho no Brasil nenhuma
1373 condenação transitada em julgado de trabalho escravo. De escravagista. Com todas as
1374 letras. E tenho dois anos esperando que o Supremo Tribunal Federal decida sobre uma
1375 ação direta de inconstitucionalidade sobre a lista suja. Concluso para a sentença. Então,
1376 eu com toda a sinceridade, não estou fazendo posições radicais, nada disso. É o que eu
1377 posso avançar nesse momento e com toda dedicação, a CNA participará dessa parte do
1378 programa. Os demais pontos não nos cabe comentar, enfim, não temos nenhum
1379 comentário a fazer.

1380

1381 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1382 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1383 Essa opção do conectivo ou não seria interessante para a CNA?

1384 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
1385 **CNA**

1386 Para nós, não.

1387

1388 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1389 Gente, eu acho que se a gente for discutir...

1390

1391 **JONAS RATIER MORENO - Representante da Procuradoria Geral do Trabalho**

1392 A posição da CNA vem tradicionalmente adotando. Essa é a posição tradicional da CNA
1393 em negar a própria existência do trabalho escravo. E é nesse sentido que o senhor faz a
1394 proposta de alteração.

1395

1396 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego:** Os itens que o
1397 Rodolfo se referiu e tal, eles são todos assim de mídia, de publicação, disso e daquilo e
1398 tal.

1399

1400 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
1401 **CNA**

1402 [Pronunciamento fora do microfone].

1403

1404 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1405 Todos que eu vi aqui são de divulgação...

1406

1407 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
1408 **CNA**

1409 O 54 e 55 são de ações diretas.

1410 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1411 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1412 Sim, mas o que a Ruth está falando não é nenhum deles com relação à fiscalização,
1413 julgamento.

1414

1415 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1416 São ações de capacitação e informação. Estão dentro do grupo de capacitação e
1417 informação.

1418

1419 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1420 Eu estou incluindo esse aqui também. Incentivar, etc e tal. Nesses itens eu entendo que a
1421 gente pode usar o conceito genérico e falar as formas degradantes de trabalho, falar em
1422 trabalho precário, ao invés de especificamente falar em trabalho escravo.

1423

1424 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1425 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1426 Busca de trabalho decente e combate do trabalho legal?

1427

1428 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1429 Trabalho decente, me desculpendo a OIT, mas não é o caso aqui não. O trabalho
1430 decente é um conceito amplo demais. Que vai se referir a uma série de outras coisas que
1431 está muito longe do combate a trabalho escravo. Agora, nós temos já incorporado aqui no
1432 nível nacional o conceito de trabalho degradante ou trabalho precário. Já está
1433 devidamente incorporado. A literatura já tem apresentado esses dois conceitos. No meu
1434 modo de entender, eles de certa forma eles contem a hipótese de trabalho análogo a de
1435 escravo também. Então, acho que pode sair aí. Nas outras vai ter a menção ao trabalho
1436 escravo, porque não tem jeito de tirar, porque quando você está falando, por exemplo, de

1437 aliciamento, você vai remeter a trabalho escravo. Mas nesses itens que ele apontou que
1438 são desse tipo de trabalho de convencimento, divulgação e tal, eu particularmente ficaria
1439 satisfeita em utilizar um desses conceitos que já foram absorvidos por nós. Trabalho
1440 degradante...

1441

1442 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
1443 **CNA**

1444 [Pronunciamento fora do microfone].

1445

1446 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1447 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1448 Haveria uma outra opção? Não com relação ao trabalho decente, então? Só para a gente
1449 chegar...

1450

1451 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1452 Pois é, mas é exatamente por isso.

1453

1454 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1455 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1456 Eu sei Rodolfo, mas é que colocando aqui...

1457

1458 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1459 É porque uma coisa, Rodolfo, é você evitar uma palavra, outra coisa é você querer banir
1460 o conceito. Então, a palavra trabalho escravo às vezes é muito forte, ela pode incomodar.
1461 Agora, não querer usar o trabalho degradante é querer banir o conceito aqui do plano. Aí
1462 já não dá.

1463

1464 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
1465 **CNA**

1466 [Pronunciamento fora do microfone]

1467

1468 **JOSÉ GUERRA - Assessor**

1469 A Andréa e depois o Sebastião Caixeta e depois a Adriana.

1470

1471 **ANDRÉA BOLZON - Representante da Organização Internacional do Trabalho / OIT**

1472 Deixa eu fazer uma proposta que talvez seja capaz de conciliar. Eu vejo que o item 54 e
1473 o item 55, especialmente o item 55, tem ele como responsável somente CNA e OIT. O 55
1474 é só CNA e OIT. E o que eu entendo que é uma agenda de informação de sensibilização
1475 que vai que pega coisa do lado positivo. Eu acho que... Que é uma agenda possível que
1476 a gente pode de fato colocar em jogo feita entre a OIT e CNA, sem prejuízo de todas as
1477 outras ações que estão vigentes no plano.

1478

1479 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1480 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1481 Na 54 tiraria a CNA do plano e colocaria trabalho escravo como era anteriormente?

1482

1483 **ANDRÉA BOLZON - Representante da Organização Internacional do Trabalho / OIT**

1484 Acho que pelo menos uma linha de uma agenda explícita, positiva, responsável CNA e
1485 OIT que é pro trabalho decente.

1486

1487 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1488 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1489 Nas outras metas?... Vamos retomar aqui com licença a todos.

1490 **JONAS RATIER MORENO - Representante da Procuradoria Geral do Trabalho**

1491 Perdão, Sakamoto. A forma que está redigida, Dr. Rodolfo, está falando em medida
1492 preventiva.

1493

1494 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1495 É prevenção.

1496

1497 **JONAS RATIER MORENO - Representante da Procuradoria Geral do Trabalho**

1498 É prevenção, Dr. Rodolfo, eu não vejo...

1499

1500 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1501 Tudo aqui é prevenção.

1502

1503 **JONAS RATIER MORENO - Representante da Procuradoria Geral do Trabalho**

1504 O senhor me desculpa, com todo respeito à sua posição tradicional que o senhor
1505 representa, mas está falando em medida preventiva. E quando a hipótese legal do próprio
1506 149... Está lá a hipótese da norma. Quer dizer, não se cogita em... Se cogita em medidas
1507 preventivas, que a CNA, eu tem certeza, que tem toda intenção de contribuir para que
1508 não ocorram os fatos.

1509

1510 **JOSÉ GUERRA - Assessor**

1511 Tem inscrição aqui. Dr. Sebastião Caixeta e depois a Adriana.

1512

1513 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1514 A Dra. Ela estava inscrita.

1515 **JOSÉ GUERRA - Assessor**

1516 Desculpa. A Dra. Ela estava inscrita anteriormente.

1517

1518 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1519 Você está péssimo secretário.

1520

1521 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1522 To. To péssimo. Dra. Ela.

1523

1524 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1525 Eu pergunto qual é o prazo desse plano. Porque depois aqui não tem o prazo, e a gente
1526 precisa saber e estabelecer as metas em relação ao prazo. E aí eu volto um pouco para
1527 aquela minha chatice de meta. A meta é determinar, você não tem metas contínuas. A
1528 meta é, por exemplo...

1529

1530 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1531 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1532 Planos de ações. A gente falou duas reuniões que a gente trocou. Só pedir desculpa
1533 naquele momento... É que aqui está, mas nos intertítulos, ações gerais, ações disso,
1534 ações daquilo... Só não trocou lá. Já pedimos desculpas duas, três vezes. Mas, eu
1535 troquei na parte de cima ações, mas na parte da tabela eu não troquei.

1536

1537 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1538 Ah, ta bom, é por isso. Mas, de qualquer forma quanto tempo vai vigorar esse plano?

1539

1540

1541 **JOSÉ GUERRA - Assessor**

1542 Se quiser colocar o prazo coloca, mas a rigor...

1543

1544 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1545 Eu acho que não é... Eu acho que não é a questão de quanto o plano vai vigorar. Acho
1546 que é mais importante se estabelecer a periodicidade da avaliação e da revisão. Não é
1547 isso?

1548

1549 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1550 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1551 A Pode até acrescentar na meta que, acrescentar não, mas que está na meta que a
1552 avaliação é anual. Senão a gente pode acrescentar. Não está, mas pode acrescentar. Na
1553 meta nº. 15 pode ser acrescentado da seguinte forma. Plano B pode deixar claro que isso
1554 é... Está como contínuo, mas pode colocar que isso é anual.

1555

1556 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1557 É. A avaliação, eventual revisão seria anual. Mesmo porque alguma coisa que já estiver
1558 cumprido você tem que ir eliminando.

1559

1560 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1561 Mas se é plano de ações, realmente vai pra todo tempo.

1562

1563 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1564 É contínuo. Porque tem coisa aqui que é de solução parcial só. Por isso que a gente
1565 colocou contínuo. Entendeu?

1566

1567 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**
1568 Sim.

1569

1570 **JOSÉ GUERRA - Assessor**

1571 Sebastião.

1572

1573 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA - Representante da Associação Nacional dos**
1574 **Procuradores do Trabalho**

1575 Eu queria aqui apenas... Eu estava analisando as metas, e eu acho que... As ações.

1576

1577 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1578 Analisando as ações.

1579

1580 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA - Representante da Associação Nacional dos**
1581 **Procuradores do Trabalho**

1582 E acho que aqui pelo menos em algumas delas, e até em homenagem à CNA, e para
1583 preservar a importância da participação da CNA nelas, poderia tirar referência sim ao
1584 trabalho escravo. Por exemplo, a 40. Apoiar e incentivar a celebração de pactos coletivos
1585 entre as representações de empregados e trabalhadores de setores sucroalcooleiras e
1586 carvoeiros do Brasil para melhoria de condições de trabalho, saúde e segurança. Ponto.
1587 Porque ninguém vai fazer um acordo coletivo falando de trabalho escravo. Mas aí acho
1588 que a CNA ficaria nessa meta.

1589

1590 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
1591 **CNA**

1592 [Pronunciamento fora do microfone].

1593

1594 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1595 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1596 Ele está concordando.

1597

1598 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA - Representante da Associação Nacional dos**
1599 **Procuradores do Trabalho**

1600 Envolver a mídia comunitária... 50. Não, esse aqui eu creio que o trabalho escravo
1601 precisa. Acho que a CNA...

1602

1603 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1604 Aliás, acho que a CNA nunca deveria ter entrado nesse aí.

1605

1606 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA - Representante da Associação Nacional dos**
1607 **Procuradores do Trabalho**

1608 Informar os trabalhadores... Não precisa estar a CNA. Sairia a CNA. 54. Não precisa ter
1609 referência ao trabalho escravo. Incentivar os meios profissionais e empresariais a adotar
1610 planos voltados para a sensibilização e capacitação de seus integrantes tendo em vista
1611 sua bruta adequação às regras trabalhistas em rigor no Brasil. Ponto. Não precisa ter a
1612 referência. E ficaria. E também a 55 já foi dita aí, preservaria a CNA. Então na verdade só
1613 tirar a CNA daquelas outra.

1614

1615 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1616 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1617 Pronto. Já foi feito aqui. Ok? Aí continua trabalho decente que é...

1618

1619 [Pronunciamento fora do microfone].

1620

1621 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1622 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1623 Só... Retiraria

1624

1625 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1626 Da 54.

1627

1628 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Representante da Associação Nacional dos**
1629 **Procuradores do Trabalho**

1630 Da 54 e da 55.

1631

1632 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1633 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1634 A 54, a 55 e... e da 50 e 51.

1635

1636 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1637 Ta. Dá pra gente tentar prosseguir? Estou falando assim, nessa análise aqui já está
1638 fechada? Então no final das contas uma mera questão de redação dá pra conciliar, não é
1639 isso? Então, só um minutinho Patrícia, antes de passar para o próximo. A questão
1640 levantada pela Dra. Ela, nós não decidimos como ficou. Temos que decidir.

1641

1642 [Pronunciamento fora do microfone].

1643

1644 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1645 Não. Sobre os compromissos relativos à realização de concursos, estrutura e tal. Essa
1646 que é a preocupação dela.

1647 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1648 Deixa eu só dizer uma coisa. Bom, eu fiquei... Eu não sei por que, talvez no início, mas
1649 eu tinha pensado sempre nessa questão do Decreto. Com essa... Com esse
1650 esclarecimento muda um pouco de figura. Aí teríamos de ver com relação à redação. Aí
1651 talvez seja só um problema assim de algumas... Em alguns itens na forma de redigir. Mas
1652 que aquela da... O encaminhamento do Projeto de Lei, que aquele fica complicado.

1653

1654 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1655 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1656 A senhora quer dar uma sugestão? A gente já muda agora.

1657

1658 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1659 Bom, vamos ver aqui.

1660

1661 **JOSÉ GUERRA - Assessor**

1662 É a nº. 26. Proposta nº. 26.

1663

1664 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1665 Primeiro aqui, essa do 20, da criação de incentivos funcionais específicos. Isso tem um
1666 problema para nós Procuradores do trabalho e Procuradores da República. Não tem com
1667 relação ao servidor. Mas, para nós é aquela questão do subsídio. Quer dizer, como é que
1668 vão criar incentivos? Então, acho que tinha que tirar daí, não sei, redigir de uma forma
1669 diferente.

1670

1671 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1672 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1673 É sugestão de redação. Porque já altera agora pra aprovar o plano e já mandar...

1674 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1675 Porque eu estou de pleno acordo que é investir na formação capacitação, isso abrange
1676 também Procuradores do Trabalho e Procuradores da República. Mas, criar incentivos
1677 funcionais específicos, isso se refere só ao grupo ou aos servidores ou se refere também
1678 aos procuradores?

1679

1680 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1681 Aqui está se referindo ao grupo nove. Eu proponho tirar, porque essa questão vai ser
1682 resolvida. Se ela gera polêmica, aí fala redação para Procuradores da República. Falou
1683 só na formação e capacitação.

1684

1685 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1686 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1687 A palavra é Procuradores da República?

1688

1689 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1690 É. Não precisa ter esse resto, criar incentivos funcionais, etc, etc. Isso por mim... Pode
1691 tirar.

1692

1693 **RAQUEL LUIZA - Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na**
1694 **Agricultura / CONTAG**

1695 Mas isso está garantido?

1696

1697 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1698 A forma de remuneração está garantido.

1699

1700 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
1701 **do Trabalho / SINAIT**

1702 Mas, esse incentivo não significa apenas pecuniários, apenas valores. Não poderíamos
1703 manter para se pensar incentivo ou outro?

1704

1705 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1706 O incentivo funcional de forma a estimular a adesão ao grupo móvel, não tem outra
1707 leitura. Você vai me desculpar. Não tem servidor público que vai interpretar isso aqui de
1708 outra forma. Então altera a redação.

1709

1710 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
1711 **do Trabalho / SINAIT**

1712 Sim, secretária, mas quando destes aqueles cinco dias foi incentivo.

1713

1714 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1715 Como que é?

1716

1717 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
1718 **do Trabalho / SINAIT**

1719 Quando destes os cinco dias para que os auditores ficassem quinze dias fazendo...

1720

1721 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1722 Não, mas aquilo é da lei. Você está falando da compensação da jornada de trabalho?
1723 Isso é da lei. Isso não é incentivo. É obrigação. É a compensação pela jornada
1724 trabalhada.

1725

1726 [falas sobrepostas].

1727

1728 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1729 Ela tem razão. Aqui inclusive ficou meio confuso, pode gerar outra confusão. É melhor
1730 tirar se todo mundo concordar.

1731

1732 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1733 Acabe em Procurador da República, né? Próximo?

1734

1735 **JONAS RATIER MORENO - Representante da Procuradoria Geral do Trabalho**

1736 Mesmo porque Procurador da República do Trabalho são subsídios já definidos.
1737 Sakamoto, só que acrescentasse o MPF porque nós temos também a obrigação de...

1738

1739 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1740 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1741 Uma falha gravíssima, Dr. Jonas. Me desculpe.

1742

1743 [falas sobrepostas].

1744

1745 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1746 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1747 Ok. Acrescentado já. Peço desculpas pela falha grotesca.

1748

1749

1750

1751 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1752 Eu estou percebendo ligeiramente que o pensamento central era dos auditores fiscais do
1753 trabalho. Deve ser coisa do SINAIT.

1754

1755 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1756 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1757 Próxima meta que tem alteração?

1758

1759 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1760 O próximo, com relação aquele problema que eu levantei, é o nº. 26. Então, vamos ver
1761 aqui. Fortalecer as estruturas físicas de pessoal, visando o combate, encaminhar e
1762 buscar aprovação dos Projetos de Lei encaminhados pelo Ministério Público do Trabalho,
1763 criando cargos de Procuradores. É essa a segunda parte que pra mim é complicado.
1764 Nada a opor com relação à primeira parte. É porque aí esse encaminhamento é privativo
1765 do Procurador-Geral da República.

1766

1767 [Pronunciamento fora do microfone].

1768

1769 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1770 Caixeta.

1771

1772 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Representante da Associação Nacional dos**
1773 **Procuradores do Trabalho**

1774 Olha, eu insisto. Porque... Na questão de encaminhar. Porque... E volto naquilo que
1775 disse. Tem várias ações que não são privativas... Não é uma coisa que vai
1776 imediatamente criar uma obrigação pro Procurador-Geral da República. Encaminhar o
1777 projeto. Mas, sinaliza... Alguém disse aqui eu não me lembro bem quem foi, mas acho

1778 que sintetizou o que eu pensava, sinaliza na busca de tornar realidade. Então, o esforço
1779 que vai fazer maior a partir disso para encaminhar. Tanto que tem obrigação, todo mundo
1780 sabe que a prerrogativa é do Procurador-Geral. Tanto que fiz analogia que para aprovar
1781 Projeto de Lei é prerrogativa do Congresso Nacional. Nem por isso a gente vai tirar isso
1782 do plano. Então eu insisto que tenha.

1783

1784 **FABÍOLA ARAUJO - Representante da Advocacia Geral da União / AGU**

1785 [Pronunciamento fora do microfone].

1786

1787 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1788 Fala no microfone Fabíola. Sugestão?

1789

1790 **FABÍOLA ARAUJO - Representante da Advocacia Geral da União / AGU**

1791 Uma sugestão aqui. Por que é que não coloca buscar a criação de cargos de
1792 Procuradores e servidores para a instituição?

1793

1794 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1795 Tiraria o encaminhar e colocaria buscar aprovação de leis?

1796

1797 **FABÍOLA ARAUJO - Representante da Advocacia Geral da União / AGU**

1798 Buscar a criação de cargos. Porque a gente sabe que é só por Lei. Então, buscar a
1799 criação.

1800

1801 [falas sobrepostas].

1802

1803 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Representante da Associação Nacional dos**
1804 **Procuradores do Trabalho**

1805 Só tem um caminho. É privativo do Procurador-Geral. Não tem como tirar isso. Não
1806 adianta eu ir lá no Congresso e buscar isso, sem o Procurador-Geral mandar.

1807

1808 **FABÍOLA ARAUJO - Representante da Advocacia Geral da União / AGU**

1809 Mas criar a criação... Uma pressão positiva.

1810

1811 **JOSÉ GUERRA - Assessor**

1812 É buscar a criação, você pressiona pelo encaminhamento e pela aprovação.

1813

1814 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1815 Vamos lá, gente.

1816

1817 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1818 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1819 Gente, alguém dá...

1820

1821 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1822 Aquele do...

1823

1824 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1825 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1826 Só pra fechar o 26, alguma conclusão, por favor.

1827

1828 **JOSÉ GUERRA - Assessor**

1829 A Fabíola fez uma proposta que invés de ser encaminhar e buscar aprovação é buscar a
1830 criação de cargo para instituição.

1831

1832 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1833 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1834 O que vocês acham? A Fabíola fez a sugestão de buscar a criação de cargos de
1835 Procuradores e servidores para instituição.

1836

1837 **JOSÉ GUERRA - Assessor:** Porque ai você englobaria tudo, tanto o encaminhamento
1838 para Procurador-Geral quanto à aprovação da lei.

1839

1840 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA - Representante da Associação Nacional dos**
1841 **Procuradores do Trabalho**

1842 Onde é que... Qual é o entrave? O projeto está na Mesa do Procurador-Geral. Se não
1843 andar não vai... Se não encaminhar não vai buscar nada.

1844

1845 **FABÍOLA ARAUJO - Representante da Advocacia Geral da União / AGU**

1846 Mas é claro, isso todo mundo sabe. [Pronunciamento fora do microfone].

1847

1848 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA - Representante da Associação Nacional dos**
1849 **Procuradores do Trabalho**

1850 O encaminhar é fundamental. O ato da vez é encaminhar. Eu insisto.

1851

1852

1853

1854 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1855 Mas caixeta, esse plano quem vai assinar é a portaria, o Ministro, o Secretário de Direitos
1856 Humanos. Não é ele que encaminha, como é que vai dizer no plano encaminhar?

1857

1858 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

1859 [Pronunciamento fora do microfone].

1860

1861 [falas sobrepostas].

1862

1863 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1864 Dra. Ela tem razão. Não mantém lógica a forma como o plano é elaborado e está
1865 estruturado, e depois a forma que ele vai ser publicado.

1866

1867 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA - Representante da Associação Nacional dos**
1868 **Procuradores do Trabalho**

1869 Eu tenho uma proposta. Eu agregaria então buscar o encaminhamento e aprovação.

1870

1871 **JOSÉ GUERRA - Assessor**

1872 Buscar o encaminhamento e aprovação do Projeto de Lei. Seria buscar o
1873 encaminhamento e aprovação de Projeto de Lei encaminhado pelo Ministério Público do
1874 Trabalho, criando cargo de procuradores e servidores para a instituição.

1875

1876 [Pronunciamento fora do microfone].

1877

1878

1879 **JOSÉ GUERRA - Assessor**

1880 Não. Não vai ser encaminhar, vai ser buscar o encaminhamento...

1881

1882 **FABÍOLA ARAUJO - Representante da Advocacia Geral da União / AGU**

1883 [Pronunciamento fora do microfone]

1884

1885 **JOSÉ GUERRA - Assessor:** Ta certo. Buscar o encaminhamento...

1886

1887 [falas sobrepostas].

1888

1889 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Representante da Associação Nacional dos**
1890 **Procuradores do Trabalho**

1891 E aprovação.

1892

1893 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1894 E aprovação de Projetos de Lei criando cargos de procuradores...

1895

1896 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Representante da Associação Nacional dos**
1897 **Procuradores do Trabalho**

1898 Cria cargos...

1899

1900 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1901 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1902 Que cria cargos de procuradores e servidores para as instituições.

1903

1904 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1905 Ok? Que mais, gente?

1906

1907 **ROGENIR COSTA – Representante da Catholic Relief Services / CRS**

1908 Eu tinha me inscrito já há algum tempo, to aguardando.

1909

1910 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1911 O 27 que é o próximo. Garantir recursos orçamentários e financeiros para custeio de
1912 diárias e locomoção dos Procuradores... Aí não tem problema. Aqui na verdade quem
1913 breca mais é o Ministério do Planejamento.

1914

1915 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1916 Aí é o problema da Patrícia.

1917

1918 **ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Representante da Procuradoria Geral da República**

1919 Agora, esse 28 que também eu acho que tem que mudar a redação. Efetivar a
1920 interiorização do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Federal, da Justiça
1921 do Trabalho da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal... Até aí sem muito
1922 problema. Mas criar cargos de Procuradores, juízes, policiais e servidores com
1923 encaminhamento ao Congresso Nacional dos respectivos projetos.

1924

1925 [falas sobrepostas].

1926

1927 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Representante da Associação Nacional dos**
1928 **Procuradores do Trabalho**

1929 Buscar a criação.

1930 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1931 De novo. Buscar a criação com encaminhamento do projeto. Pode ser propor a criação.

1932

1933 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
1934 **Gestão**

1935 Isso é atribuição do Ministério do Planejamento.

1936

1937 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1938 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1939 Você ouviu essa proposta da Patrícia, Caixeta? Como é que é?

1940

1941 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
1942 **Gestão**

1943 Propor a criação. Isso é uma atribuição do Ministério do Planejamento.

1944

1945 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1946 Então, entraria o Ministério do Planejamento nessa ação também?

1947

1948 [falas sobrepostas].

1949

1950 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Representante da Associação Nacional dos**
1951 **Procuradores do Trabalho**

1952 Talvez ficasse melhor buscar mesmo.

1953

1954 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1955 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1956 Buscar a criação...

1957

1958 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Representante da Associação Nacional dos**
1959 **Procuradores do Trabalho**

1960 E aí a gente distribuiria...

1961

1962 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1963 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1964 Gente, vamos concentrar. Então espera aí. A redação é: buscar a criação de cargos de
1965 Procuradores, juízes, policiais, servidores, com encaminhamento ao Congresso nacional
1966 dos respectivos projetos. Próximo.

1967

1968 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1969 Pronto? Só um minutinho, eu já vi uma coisa aqui, no 43, Sakamoto, fala: efetivar a
1970 implantação de agentes locais do sistema nacional de emprego e ficou para o MTE e as
1971 superintendências. Isso aqui não é competência nossa. O sistema nacional de emprego
1972 enquanto estrutura é Estado e Município.

1973

1974 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1975 **Projetos Sociais / Repórter Brasil1**

1976 Quem a gente troca aqui nos responsáveis, então?

1977

1978 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

1979 Acho que pode colocar buscar a implantação... Porque não é efetivado. Entendeu? Só
1980 isso.

1981 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1982 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1983 Próximo. Gente, mais alguém?

1984

1985 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

1986 Tem a Adriana e a Rogenir...

1987

1988 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
1989 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

1990 Só pra fechar esse negócio do MPF. Doutora, mais algum com relação ao MPF? Gente,
1991 mais algum? Patrícia tem?

1992

1993 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
1994 **Gestão**

1995 Eu queria voltar ao 54. Depois de anos de mobilização e convencimento do setor
1996 produtivo, de todos os setores produtivos, com exceção da CNA, da importância de
1997 adotar planos voltados para a sensibilização contra o trabalho escravo, eu acho que seria
1998 uma perda para o plano que nós ampliássemos o conceito para trabalho decente. Uma
1999 vez que existem mais de cem empresas e inúmeros setores como o siderúrgico,
2000 envolvidos inclusive em pactos contra o trabalho escravo.

2001

2002 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2003 Mas ninguém aprovou substituição por trabalho decente aqui não, Patrícia.

2004

2005 [falas sobrepostas]

2006

2007 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
2008 **Gestão**

2009 Não, no 54 ficou como medida preventiva contra o trabalho escravo.

2010

2011 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2012 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2013 Não. Cortou.

2014

2015 [falas sobrepostas]

2016

2017 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
2018 **Gestão**

2019 Não existe só CNA aqui, existem sindicatos e setor empresarial. E a maior parte do
2020 empresariado brasileiro, já concordou em incluir o tema trabalho escravo, com exceção
2021 da CNA, nos seus planos voltados para a sensibilização de seus setores. Então, acho
2022 que seria uma perda.

2023

2024 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2025 Nesse aí não tinha combinado de manter como estava e tirar a CNA não?

2026

2027 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2028 Não. Tirar a CNA é 50 e 51.

2029

2030 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2031 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2032 50, 51, a 54 no ponto final e embaixo CNA e OIT estão mantido

2033 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2034 Aquele que está só CNA e OIT qual é?

2035

2036 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2037 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2038 É o 55.

2039

2040 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2041 Esse que a Patrícia está falando?

2042

2043 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2044 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2045 Não. É o 54.

2046

2047 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2048 No 54, vocês tinham decidido o quê? Ponto final no Brasil?

2049

2050 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2051 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2052 Botar um ponto final depois do Brasil.

2053

2054 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2055 Eu concordo com a Patrícia. Porque essa aí tirar naquele pedaço lá é preferível não ter o
2056 enunciado. Perde o sentido. Fica parecendo que o povo todo vai se juntar para tratar de
2057 irregularidade trabalhista. Sim.

2058 **ANDRÉA BOLZON - Representante da Organização Internacional do Trabalho / OIT**

2059 Eu quero discordar da Patrícia e da Ruth. Eu acho que não tem prejuízo. O trabalho que
2060 já foi feito com o fato dos empresários, o fato do pacto nacional de trabalho escravo não
2061 nos impede de ter uma agenda de conversar com eles sobre uma questão geral de
2062 trabalho decente, de direitos trabalhistas então, eu não vejo prejuízo, não acho que tem
2063 perda. Acho que continua ganhando, se a gente abre uma possibilidade de diálogo com
2064 os empresários que tem dificuldade com esse tema.

2065

2066 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2067 Andréa, você vai me desculpar. Já tem todo um programa de trabalho decente
2068 envolvendo quinhentas mil entidades. Você vai me desculpar, mas isso aqui é um plano
2069 específico de erradicação de trabalho escravo. Não pode ter medo de enfrentar a palavra.
2070 Então, eu acho que a gente já abriu muito, já concordou com a CNA, mas eu acho que
2071 também não é pra limpar a palavra de tudo não.

2072

2073 **ANDRÉA BOLZON - Representante da Organização Internacional do Trabalho / OIT**

2074 Mas a gente não está limpando. Eu acho que o trabalho escravo esta permeável a...

2075

2076 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2077 Nesse aspecto aqui, você vai desculpar. Todo o esforço dos pactos empresariais o tema
2078 trabalho escravo foi usado explicitamente. Eu não vejo razão para num plano de
2079 erradicação mudar. Eu sou inteiramente favorável à conciliação, porque eu acho às vezes
2080 que as palavras incomodam e não vale a pena insistir. Eu sou inteiramente aberta para
2081 isso. Mas nesse tema aqui específico que faz referência aos pactos, eu concordo que
2082 deve ser mantida a palavra, porque ela já foi enfrentada. Nas outras, para mim tanto faz.
2083 Falar trabalho decente, trabalho digno e tal. Mas, isso aí tem uma questão simbólica. A
2084 gente não escondeu a palavra pra formar os pactos. Por que é que vamos esconder
2085 agora?

2086 **ANDRÉA BOLZON - Representante da Organização Internacional do Trabalho / OIT**

2087 Mas, aqui não está falando do pacto, né? Ruth. Nessa meta específica, na 54 está
2088 dizendo assim: Incentivar os meios profissionais e empresariais, adotar planos voltados
2089 para a sensibilização e capacitação de seus integrantes, tendo em vista a sua pronta
2090 adequação às regras trabalhistas em vigor no Brasil. Então assim, eu acho que a questão
2091 do pacto especificamente, ela não está só aqui, a gente trabalha a questão de
2092 campanhas, sensibilização em vários outros itens aqui, envolvendo o empresariado. Isso
2093 aqui pra mim, é como que eu leio, eu acho que abre uma janela pra gente falar com os
2094 setores com os quais a gente tem tido mais dificuldade de falar até o momento. Sem
2095 prejuízo daqueles com os quais a gente já conseguiu fazer essa tradução.

2096

2097 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2098 Eu acho que é bom alguém mais ajude a estabelecer o consenso aqui. Porque eu acho
2099 difícil admitir. Porque gente, aqui é Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.
2100 Não é plano de trabalho decente da OIT. Então, vamos separar as coisas. Tem um
2101 enunciado aqui que é para conversar com o empresário sobre o cumprimento de direito
2102 trabalhista, que já é uma obrigação, então, acho que é preferível eliminar isso. Aqui não é
2103 o espaço pra colocar uma coisa tão light.

2104

2105 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2106 A Rogenir estava inscrita há muito mais tempo e acabou sendo atropelada. Desculpa
2107 Rogenir.

2108

2109 **ROGENIR COSTA – Representante da Catholic Relief Services / CRS**

2110 Vou até me posicionar sobre esse item. Eu concordo com a Andréa. E acho que ficando
2111 só especificamente nesse item da 54 acho que não compromete tudo isso que já está
2112 construído onde está bem consolidada a existência do crime do trabalho escravo. Está
2113 bem presente em vários termos. Acho que nesse caso específico aí acho que não ficar...

2114 Só ter em vigor no Brasil, acho que não compromete de modo algum. Só por uma
2115 questão mesmo de tentar... O máximo de habilidade pra estar buscando a pactuação, o
2116 avanço no encaminhamento, no enfrentamento dos problemas desses setores, que hoje
2117 tem um pouco mais de resistência e que a gente pode estar trabalhando na perspectiva
2118 da superação. E a outra questão que gostaria de questionar no aspecto geral do plano é
2119 pra saber se está previsto outros itens além só do quadro de ações. Se vamos ter do
2120 plano um balanço geral de todo esse período de funcionamento da CONATRAE... Como
2121 é que está pensado o...

2122

2123 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2124 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2125 Está no item 15. Temos que criar o secretariado executivo da CONATRAE e ele vai
2126 responder por criar indicativos e monitorar o processo todo ano.

2127

2128 **ROGENIR COSTA – Representante da Catholic Relief Services / CRS**

2129 Esse secretariado executivo está previsto naquele sentido do que a Patrícia tinha
2130 colocado que ela até conversou com o Ministro sobre a criação de por uma coordenação?
2131 Se eu entendi.

2132

2133 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2134 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2135 O Decreto de coordenação da CONATRAE está previsto a criação de um grupo
2136 executivo. Que vai coordenar e fazer isso. Até hoje ele não foi criado. A meta 15, ele
2137 coloca a necessidade de criar e agora a Dra. Ela de haver análises anuais.

2138

2139 **ROGENIR COSTA – Representante da Catholic Relief Services / CRS**

2140 A existência de um caráter de um corpo técnico. É isso? De uma assessoria técnica que
2141 desse. Ok. Obrigada.

2142 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2143 Gente, seguinte. Tem um monte de gente inscrita aqui ainda. Meu horário está estourado.

2144 O dele também. Eu acho que tem gente aí com o horário estourado. Eu acho que a gente
2145 vai ter que entrar num acordo.

2146

2147 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2148 Toda decisão aqui, só pra discutir o famoso ponto 54? Ta. Então, pela ordem, foi
2149 colocado pra discutir o ponto 54, Patrícia, Sebastião Caixeta, Ana, Raquel, Valdiney e
2150 Rodolfo.

2151

2152 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2153 Primeira coisa que vou fazer. Vamos suprimir a parte final dos informes. Pode ser?

2154 Porque o tempo está esgotado. Todo mundo concorda?

2155

2156 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2157 E a questão da elaboração da nota da moção a gente senta, está elaborado lá?

2158

2159 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais
2160 do Trabalho / SINAIT**

2161 Está no texto já pra você olhar.

2162

2163 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2164 Vamos lá gente. Vamos tentar fechar esse item. Patrícia.

2165

2166

2167

2168 **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO - Representante do Ministério do Meio**
2169 **Ambiente**

2170 Já que estamos tirando a parte final, como é que fica a questão da nota? Foi elaborada. E
2171 depois? Passo por e-mail? **JOSÉ GUERRA - Assessor:**passa por e-mail. E já está
2172 colocada a questão final asterisco que a Confederação Nacional da Agricultura não
2173 concordou com a...

2174

2175 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2176 Então, vamos lá pela ordem.

2177

2178 **RAQUEL LUIZA - Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na**
2179 **Agricultura / CONTAG**

2180 Só para dar encaminhamento, já que está entrando na parte final. Como é que vai ficar a
2181 questão da nota? Foi elaborado, etc. Depois passa-se por e-mail, pode ser alguma coisa
2182 assim?

2183

2184 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2185 A gente passa por e-mail para todo mundo, recebe os Ok.

2186

2187 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2188 Igual foi da outra vez.

2189

2190 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2191 E já está colocado a questão final. O asterisco que a Confederação Nacional de
2192 Agricultura não concordou com...

2193

2194 [Falas sobrepostas]

2195

2196 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2197 Pela ordem, Patrícia.

2198

2199 **PATRÍCIA AUDI - Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e**
2200 **Gestão**

2201 Eu vou ler a meta e os senhores, por favor, abstenham a ação e os senhores abstenham
2202 que é um plano de combate ao trabalho escravo. Incentivar os meios profissionais
2203 empresariais a adotar planos voltados para sensibilização e capacitação de seus
2204 integrantes, tendo em vista sua pronta adequação às regras trabalhistas em vigor no
2205 Brasil. Ora, isso é uma campanha de cumprimento das leis. O foco de combate ao
2206 trabalho escravo se perde completamente.

2207

2208 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2209 Próximo, Sebastião.

2210

2211 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Representante da Associação Nacional dos**
2212 **Procuradores do Trabalho**

2213 Eu... Até porque a confusão foi que... Porque fui eu que sugeri a retirada dessa... E quero
2214 dizer por que e reafirmar por que. Me parece o seguinte, os pactos que foram feito, estão
2215 feitos e preservados. Não há nenhuma necessidade de a gente aqui pensar em ações
2216 futuras daquilo que se ganhou nos pactos passados. Estão assinados e pactos. Precisa
2217 ser cumpridos. Eu insisto na necessidade do ponto no Brasil, porque acho que o ganho
2218 só da CNA nessa meta já justifica. Porque se a gente está falando de incentivar os meios
2219 profissionais, quer dizer, a CONTAG vai fazer as campanhas dela e nada impede que a
2220 CONTAG fale de trabalho escravo. Como fala o tempo inteiro. E empresariais a adotar
2221 planos voltados para a sensibilização e capacitação de seus integrantes, tendo em vista a

2222 pronta adequação à Legislação trabalhista em vigor no Brasil. Se a gente tiver a
2223 orientação pela CNA da forma de cumprir a Legislação no Brasil, embora seja lei, mas o
2224 grande problema do Brasil é não cumprir a lei. Já estaríamos num grande ganho. Então,
2225 eu insisto no ponto no Brasil por isso. O ganho da CNA aí já seria ótimo e acho que isso
2226 aqui é o direcionamento muito maior para a CNA e os pactos que tivemos avanços
2227 precisam ser preservados.

2228

2229 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2230 Qual que é o próximo?

2231

2232 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2233 Ana e Raquel.

2234

2235 **SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Representante da Associação Nacional dos**
2236 **Procuradores do Trabalho**

2237 E já voto assim, porque infelizmente estou atrasado para outro compromisso.

2238

2239 [Falas Sobrepostas].

2240

2241 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2242 Só ligar o microfone.

2243

2244 **ANA MARIA RIBAS MAGNO - Representante da Ordem dos Advogados do Brasil /**
2245 **OAB**

2246 Bem rapidinho. Então, olha só. Independentemente da posição que foi colocada aqui pelo
2247 colega, eu vejo o seguinte. A proposta como ela está redigida aqui, como falou a Dra.

2248 Ruth, como falou a Patrícia, me parece uma proposta não só light, mas uma proposta
2249 daquilo como obrigação, que tanto os profissionais como as empresas têm a obrigação
2250 de cumprir, que é aquilo que está dentro da CLT. Se a gente vem para cá, a gente tem
2251 uma proposta de um plano de erradicação do trabalho escravo e a gente vai dizer para
2252 observar o que está na CLT, me parece que isso sim é que é muito pouco. Não alcança
2253 as propostas que a gente está tentando manter até agora. Então, por isso a minha
2254 proposta é no sentido de que ela fique do jeito que está.

2255

2256 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2257 Agora a Raquel. Depois Valdiney, depois Rodolfo.

2258

2259 **RAQUEL LUIZA - Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na**
2260 **Agricultura / CONTAG**

2261 Na verdade... Nós somos... Nós somos por manter medida preventiva, porque perde o
2262 sentido como a Patrícia bem colocou aqui porque se ficarmos só na adequação das
2263 regras trabalhistas, informação, informação, e não focar questão preventiva ao trabalho
2264 escravo, realmente não tem nem porque ter então essa ação aqui.

2265

2266 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego: Vamos lá.**

2267

2268 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2269 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2270 Vamos votar? Agora, só uma pequena Questão de Ordem na votação. Queria colocar a
2271 votação, por favor, fique na cadeira que a gente precisa discutir o lançamento no planalto,
2272 etc e tal, e uma colocação pra saber o plano pacto nacional é a meta 61. Está prevista a
2273 meta 61 e não é essa meta.

2274

2275 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2276 Então, essa aqui é completamente diferente essa meta.

2277

2278 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2279 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2280 Outra coisa. Então o pacto nacional 61. Só pra lembrar. Vote, etc e tal, vote, colocar, por
2281 exemplo, manter do jeito que estava, significa uma retirada do nome da CNA, e manter
2282 com essa exclusão mantendo o nome da CNA.

2283

2284 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2285 Na inscrição tem o Rodolfo e foi pedida a Adriana.

2286

2287 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2288 Gente, não vai dar. Deixa o...

2289 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2290 Tem o Valdiney e o Rodolfo, só, que já estavam inscritos desde o começo. Ta?

2291

2292 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2293 Não vai dar. Deixa o Dr. Rodolfo se ele tiver alguma ponderação que possa nos ajudar.

2294

2295 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
2296 **do Trabalho / SINAIT**

2297 Secretária, eu gostaria de manter minha inscrição. Primeiro dizer que nós estamos
2298 tratando o plano de trabalho escravo, o conteúdo, que é o geral. E tirar o item trabalho
2299 escravo no plano 54, não altera nada no geral. Plano de trabalho escravo. Para nós é
2300 significativo tirar. Mantemos a retirada e a CNA permanece. Agora, eu queria, secretária,

2301 já que não vou ter mais tempo, de alertar os colegas, que não vai ter tempo de aprimorar
2302 essa discussão, lembrar a todos que nós estamos num momento também ruim no
2303 combate trabalho escravo, porque tivemos cortes no orçamento direcionado
2304 especialmente ao combate ao trabalho escravo. Já foram desde a LDO até agora 50% e
2305 agora o último 20 sem contingenciamento que a previsão é de mais 25%. Não vai dar
2306 tempo por questão de tempo, mas é importante alertarmos a isso.

2307

2308 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2309 Dr. Rodolfo.

2310

2311 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
2312 **CNA**

2313 Dra. Ruth, a senhora é profunda conhecedora da questão trabalhista rural e urbana.

2314

2315 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2316 Sim, e conhecedora de todos os projetos da CNA que eu acompanho Rodolfo. Trabalho
2317 muito bom.

2318

2319 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
2320 **CNA**

2321 Dra. Ruth, quando aqui se afirma a proposta da adequação da relação de trabalho, as
2322 regras trabalhistas em vigor no Brasil, os 922 artigos da CLT, os 265 da NR 31, com mais
2323 as convenções internacionais da OIT, que são regras de lei ordinária, com mais as
2324 instruções normativas, portarias, olha, se nós conseguirmos fazer com que isso seja
2325 cumprido no Brasil, não precisa nem falar no trabalho escravo mais. Então, eu creio...

2326

2327

2328 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2329 Eu concordo inteiramente com isso, a questão é a gente conseguir.

2330

2331 **RODOLFO TAVARES - Representante da Confederação Nacional de Agricultura /**
2332 **CNA**

2333 Pois é. É que dentro do contexto, veja bem, eu não vou fazer a posição de me abster de
2334 votar o plano e só concordar com esses itens. A CNA está votando o plano. Apenas está
2335 pedindo que esses itens para que eu possa falar com o meu público, o critério de saber
2336 que trabalho escravo é crime. Isso me traz facilidade. Eu não sou consultor da CNA, eu
2337 sou dirigente da CNA. É diferente. Eu sei por que é que eu preciso dessas coisas. Só
2338 pondero isso.

2339

2340 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2341 Eu acho que... Tem condição de votação. Na verdade, existem apenas duas hipóteses. É
2342 a primeira a redação fica tal como está, e a segunda é a proposta encaminhada pelo
2343 Caixeta. Vamos então rapidamente votar a primeira, a redação tal como está. Redigida aí
2344 pelo Sakamoto.

2345

2346 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2347 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2348 Quem é favorável?

2349

2350 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2351 Quem é favorável levanta a mão.

2352

2353 [Falas sobrepostas].

2354

2355 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2356 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2357 A primeira, eu estou... Manter a redação é a primeira. A segunda é a proposta do Caixeta
2358 com a supressão para manutenção da CNA.

2359

2360 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2361 Vamos votar a primeira. Levanta a mão quem acha que deve manter a redação. Aí
2362 mutados e mutantes, a outra vai estar aprovada.

2363

2364 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2365 Vamos lá, proposta um, que é a manutenção do texto e a retirada da CNA. Nós temos
2366 um, dois...

2367

2368 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2369 Não estamos votando retirada da CNA, não. Vai ter que recomeçar.

2370

2371 [falas sobrepostas].

2372

2373 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2374 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2375 Gente, vamos votar, por favor.

2376

2377 [falas sobrepostas].

2378

2379

2380 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2381 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2382 Gente, primeiro ponto só para ele contar os votos, por gentileza. Quem é que vota?

2383

2384 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2385 Levanta a mão quem vota pela manutenção do texto. Nove. Agora a proposta dois, pelo
2386 texto novo. Dez. Por dez a nove, venceu o texto novo.

2387

2388 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2389 Graças a Deus. Sakamoto.

2390

2391 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2392 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2393 Gente, só pra finalizar, por gentileza, mais cinco minutos. É o seguinte, se a Presidente
2394 da sessão e o Guerra me derem a licença, só pra gente fazer o encaminhamento de
2395 finalização.

2396

2397 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2398 Minha agenda já caiu, eu posso ficar aqui mais dez minutos.

2399

2400 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2401 Então, vou deixar ele e vou sair.

2402

2403 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2404 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2405 Só mais um minuto, Ruth. Prometo, Gente, pelo amor de Deus. Eu peço só... Esse que
2406 vai ser encaminhado para a diagramação, design gráfico, depois... Ele vai ser feito
2407 gratuitamente, depois ele vai ser entregue à Secretaria Especial da Presidência da
2408 República para a impressão, e o José Guerra está já articulando uma data no planalto,
2409 para que haja uma cerimônia que todos os Estados participarão para o lançamento e
2410 também a publicação do plano no Diário Oficial.

2411

2412 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2413 Provavelmente na próxima reunião daqui a um mês, um mês e pouco a gente vai estar
2414 numa reunião basicamente para discutir o lançamento. A proposta inicial é que chega até
2415 final de maio, começo de junho a gente estaria lançando esse plano?

2416

2417 **LEONARDO SAKAMOTO - Representante da Associação de Comunicação e**
2418 **Projetos Sociais / Repórter Brasil**

2419 De repente pode até ser atrelado com uma reunião da CONATRAE.

2420

2421 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2422 Gente, só finalizando aqui a questão do ofício lá dirigido ao Ministério do Trabalho, vai
2423 circular para a aprovação de todos. Ponto um. Fechado. A redação final depois de toda
2424 essa discussão e votação da mesma forma depois o Sakamoto faz circular.

2425

2426 **VALDINEY ARRUDA - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais**
2427 **do Trabalho / SINAIT**

2428 Secretária? Fica mandato mais uma hipótese... Ruth, por favor. Fica mantido mais um
2429 ponto de discussão do Mato Grosso para a próxima reunião, como o Ministro sugeriu que
2430 é a carta?

2431

2432 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2433 A depender dos acontecimentos, discutiremos. Caso haja mesmo essa questão da
2434 pessoa ser indicada e ser...

2435 **RUTH VILELA - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego**

2436 Eu entendi que ele condicionou há vocês a trazerem a situação concreta.

2437

2438 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

2439 Encaminhada a moção só. A moção que não é nossa.

2440

2441 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2442 Mas, a discussão pela CONATRAE vai depender do andamento e desenrolar do
2443 processo. Até porque nomeação só depois que sai no Diário Oficial. Não, só depois que a
2444 pessoa tem o número no SIAF funciona.

2445

2446 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

2447 Não temos data para a próxima reunião? Não né?

2448

2449 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2450 Provavelmente um mês, um mês e pouco. Talvez...

2451

2452 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

2453 3 de maio? Eu queria chamar só atenção que a data deste festival e a realização do
2454 CONATRAE nessas datas em vários Estados, não seria oportuno marcar nesta data.

2455

2456

2457 **JOSÉ GUERRA – Assessor**

2458 A proposta é depois. 20 de maio, por ali. Entendeu?

2459

2460 **XAVIER MARIE PLASSAT - Representante da Comissão Pastoral da Terra / CPT**

2461 Ok.

2462 **Nota da Estenotipia:**

2463 ... significa pausa espontânea ou interrupção externa.

2464 -- significa interrupção na fala.

2465 (F) significa palavras registradas através do som – fonética - e podem estar ortograficamente incorretas.

2466 (?) significa trecho ininteligível.